



# RELATÓRIO DE GESTÃO

Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior

2007 - 2010



Este relatório apresenta as principais ações e políticas executadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e órgãos vinculados, entre 2007 e 2010.

O maior objetivo é informar como o MDIC cumpriu suas atribuições de formular e executar políticas para o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços; auxiliar na formulação da política de apoio à micro e pequena empresa; administrar o comércio exterior do País; regulamentar e executar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial; participar das negociações internacionais relacionadas com o comércio, investimentos e cooperação com nossos principais parceiros.

O relatório dispensa atenção especial à Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, lançada pessoalmente, em maio 2008, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois de duas décadas sem que o Estado assumisse mais diretamente suas responsabilidades como indutor do desenvolvimento do País, com a PDP, se formulou uma política industrial ampla em termos de setores abrangidos, profunda em suas ações e permanente em sua execução. Essa política estabeleceu, ainda, um novo paradigma de interação entre os setores público e privado.

Este relatório aborda outros pontos importantes, como o trabalho de aperfeiçoamento, simplificação e consolidação da legislação de comércio exterior, coordenado pela Câmara de Comércio Exterior – Camex, cuja presidência do Conselho de Ministros é do titular do MDIC.

São ressaltados diversos pontos de destaque na atuação do MDIC como a modernização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex, o mais avançado e sólido sistema de registros de exportações e importações do mundo, com base no qual o MDIC divulga, semanalmente, em detalhes, as estatísticas atualizadas do comércio exterior brasileiro. Nenhum país faz isso com tanta rapidez, transparência, profundidade e confiabilidade como o Brasil.

O relatório destaca o trabalho conjunto com os demais órgãos de governo, sobretudo com as instituições vinculadas ao MDIC: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil, Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Sem a articulação e o espírito de equipe mantidos nesses quatro últimos anos, dificilmente teríamos conquistado tantos êxitos.

Os desafios que ainda precisarão ser enfrentados exigirão muito trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A Política de Desenvolvimento Produtivo e todas as ações e programas contidos neste relatório auxiliarão na sua superação.

**Miguel Jorge**

**Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.**

# SUMÁRIO

## Política de Desenvolvimento Produtivo

Estrutura da PDP -----	6
Formulação	
Gestão	
Diálogo com o setor privado	
Desafios Macrometas	
Três níveis	
Programas	
Medidas da PDP -----	11
Cumprimento das macrometas	
O papel do BNDES -----	13
Aumento do investimento fixo -----	18
Programa de Sustentação do Investimento – PSI	
Investimentos de 2011 a 2014	
Estudos conjunturais e estratégicos	

## Incentivos à Inovação

Investimentos em P&D -----	23
Apoio do BNDES à inovação	
Apoio a engenharia automotiva e BNDES-Proengenharia	
Tecnologias de informação e comunicação	
Sondagem de Inovação	
Inmetro - Programas de avaliação da conformidade -----	29
Programa Brasileiro de Etiquetagem	
Etiquetagem veicular	
Laboratórios de metrologia	
Qualificação e plano de carreiras e cargos do Inmetro	
Defesa da propriedade intelectual -----	34
Ampliação do registro de patentes e marcas	
Outros registros	
Harmonização da política de propriedade intelectual	
Regionalização -----	37
Processo produtivo básico	
Renapi	
Produção sustentável -----	40
• Pesquisa Panorama do Mercado de Carbono no Brasil	
• Incremento de uso de carvão vegetal renovável na siderurgia brasileira	
• Plano Setorial de Redução de emissões da Siderurgia	
Pólo Industrial de Manaus	
Integração produtiva com América Latina e Caribe -----	42
Integração com a África -----	43

## Ampliação do Comércio exterior

Reestruturação da Secex	
Fortalecimento da Camex	
Balança Comercial -----	46
Corrente de comércio	
Exportação por fator agregado	
Importações por categoria de produtos	
Promoção Comercial -----	49
Missões Comerciais	
Sistema de Registro de Informações de Promoção	
Ações da Apex-Brasil	
Participação em feiras internacionais	
Estratégia brasileira de exportação 2008-2010	
Difusão da cultura exportadora -----	55
Encomex Mercosul	
Redeagentes	
Aprendendo a Exportar	
Vitrine do Exportador	
Defesa comercial -----	57
Investigações contra exportações brasileiras	
Orientações sobre defesa comercial	
Normas de defesa comercial	
Intercâmbio internacional na defesa comercial	
Facilitação de comércio -----	60
Grupo Técnico de Facilitação de Comércio	
Modernização do Siscomex	
Regulamentação das zonas de processamento de exportação – ZPE-----	61
Financiamento e garantia às exportações -----	63
Linhas de financiamento do BNDES	
Desoneração -----	68
Drawback integrado	
Importação de bens de capital usados	
Atração de investimentos -----	69
Gerência de investimentos da Apex-Brasil	
Negociações internacionais -----	69
Integração no Mercosul	
Integração com a América Latina	
Reuniões Bilaterais	
Acordos bilaterais	
Mecanismos de cooperação	
• MDIC-DOC	
• Fórum de CEOs Brasil-EUA	
• Comitê Econômico e de Comércio Conjunto Brasil-Reino Unido	
• Grupo de Alto Nível Brasil-França	
Acordos comerciais	
• Rodada Doha	
• Mercosul-Índia	
• Mercosul-Israel	
• Mercosul-União Aduaneira Sul-Africana	
• Mercosul-Países Árabes	
• Compras governamentais	
• Certificação ambiental	
• Contencioso do algodão Brasil-EUA	
Apoio à internacionalização de empresas brasileiras -----	79
Atuação da Apex-Brasil	

## Dinamização de Micro e Pequenas Empresas

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	
Apoio da Apex-Brasil	
Acesso das MPes ao crédito -----	84
Desburocratização na abertura de empresas -----	85
Cadastro Nacional de Empresas	
Empreendedor Individual -----	86
Artesanato brasileiro -----	88



# POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, para assumir a pasta, em março de 2007, a missão recebida foi bastante clara: implantar uma política industrial para manter o crescimento sustentável da economia brasileira e fortalecer a capacidade exportadora do País.

Um primeiro passo já havia acontecido em 26 de novembro de 2003, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, com o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, que pôs em marcha um conjunto de iniciativas voltadas ao desenvolvimento produtivo e ao crescimento sustentado da economia, como a construção de um moderno marco legal, formado pela Lei de Inovação e pela Lei do Bem.

Igualmente, foram importantes, naquele período, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI. Outro destaque foi a implantação de programas específicos de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.



Com a PITCE, definiram-se linhas estratégicas e ações integradas com foco na inovação e na diferenciação de produtos e serviços, mas limitadas a poucos setores industriais.

Para aprofundar a PITCE e após duas décadas sem que o Governo assumisse mais diretamente suas responsabilidades como indutor do desenvolvimento industrial do país, foi lançada pelo presidente Lula, em 12 de maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, que estabeleceu um novo paradigma de interação entre as esferas pública e privada.



## ESTRUTURA DA PDP

Hoje, a PDP abrange 34 setores, além de ter fortalecido os instrumentos necessários para alavancar o desenvolvimento e construir, de maneira sustentada, a competitividade de longo prazo da indústria brasileira.

### Formulação

A elaboração da PDP ocorreu ao longo do segundo semestre de 2007 e início de 2008, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior –

MDIC, com participação destacada do BNDES e da ABDI e a colaboração de outros 12 ministérios.

Toda essa articulação intragovernamental foi necessária para a que PDP se integrasse com outras importantes ações estratégicas do Governo Federal, como o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação – PACTI, do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT; a Estratégia Nacional de Defesa, do Ministério da Defesa – MD; o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 1 e 2 e o Programa Minha Casa, Minha Vida, coordenados pela Casa Civil; o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, do Ministério da Educação – MEC; e o Programa Mais Saúde, do Ministério da Saúde – MS.

## Gestão

Por seus objetivos, amplitude e características, a PDP exigiu uma estrutura de gestão e governança que promovesse a integração entre políticas e instituições de governo, e ao mesmo tempo, viabilizasse uma interlocução organizada com o setor produtivo.

A coordenação geral da Política coube ao MDIC, com o apoio de uma Secretaria Executiva, formada inicialmente por ABDI, BNDES e pelo Ministério da Fazenda – MF. Em 2010, o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT também passou a integrar a Secretaria Executiva da PDP.

Para assegurar a adequada articulação entre os programas da PDP e as demais ações de governo, foi formado um Comitê Gestor, coordenado pelo ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República e integrado pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Educação; e da Ciência e Tecnologia. Ao todo, a gestão da PDP, num esforço combinado, envolveu 64 órgãos de governo, 34 comitês executivos e mais de 400 servidores federais.

## Diálogo com o setor privado

Os canais institucionais de diálogo com o setor privado foram reativados, ou em alguns casos, criados:

- Fóruns de Competitividade: biotecnologia, carnes, construção civil, couro e calçados, higiene, madeira e móveis, perfumaria e cosméticos, plásticos, siderurgia, sistema agroindustrial, software e eletrônica de consumo e têxtil e confecções;
- Fórum da Indústria de Papel e Celulose;
- Fórum da Indústria da Defesa;
- Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas;
- Fórum de Articulação Permanente com a Sociedade Civil;
- Câmara Setorial do Bioetanol; e
- Grupos de trabalho (GT): automotivo, marítimo, bens de capital, serviços e aeronáutico.

Essas instâncias de articulação foram espaços institucionais permanentes de contato entre os setores público e privado, que com uma metodologia própria, envolveram toda a cadeia produtiva dos setores abrangidos. De forma integrada, os canais de diálogo buscaram identificar gargalos e propor soluções, com ações pactuadas e compartilhadas.

Esses instrumentos desempenharam um importante papel na construção e implantação das medidas previstas na PDP e, por seu intermédio, as agendas de ação de cada setor foram planejadas, implantadas e monitoradas.



## Desafios

Na etapa de preparação da PDP, durante as reuniões e consultas ao setor privado, foram identificados quatro desafios primordiais:

- Ampliar a capacidade de oferta da economia em bases sustentáveis e competitivas, para evitar a formação de gargalos e pressões inflacionárias;
- Elevar a capacidade de inovação das empresas, para ampliar sua competitividade no mercado doméstico e fortalecer sua inserção externa;
- Preservar a robustez do balanço de pagamentos, mantendo a trajetória de expansão e diversificação da pauta exportadora e criar condições favoráveis à atração de investimentos externos diretos; e
- Ampliar as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas – MPEs em combinação com iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sistemas empresariais de maior porte, com escala e governança compatíveis com as melhores práticas internacionais.



## Macrometas

Para superar esses desafios, foram estabelecidas quatro macrometas que a PDP deveria atingir até 2010:

- Ampliação para 21% da participação da Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF no Produto Interno Bruto – PIB (17,3%, em 2007);
- Ampliação da participação nas exportações mundiais para 1,25% (1,18%, em 2007);
- Elevação da participação do gasto privado em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no PIB para 0,65% (0,51%, em 2007); e
- Ampliação em 10% do número de MPEs exportadoras (11.919, em 2007).

## Três níveis

Para alcançar seus objetivos, a PDP foi organizada em três níveis:

**1 – Ações Sistêmicas:** focadas em condições de competitividade que ultrapassam o nível da empresa e do setor. Neste caso, as medidas tiveram incidência direta sobre

o desempenho da estrutura produtiva, especialmente nos planos fiscal-tributário, do financiamento ao investimento e à inovação, e da segurança jurídica.

**2 – Destaques Estratégicos:** temas de política pública que não têm dimensão sistêmica ou setorial, e que foram escolhidos, deliberadamente, como objeto de programas específicos, por sua importância para a construção de bases sólidas ao desenvolvimento produtivo do País no longo prazo. São seis os Destaques Estratégicos:

- Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas;
- Expansão das Exportações;
- Integração Produtiva com a América Latina e Caribe, com foco inicial no Mercosul;
- Integração com África;
- Regionalização, ou descentralização espacial da produção no País;
- Produção Ambientalmente Sustentável.

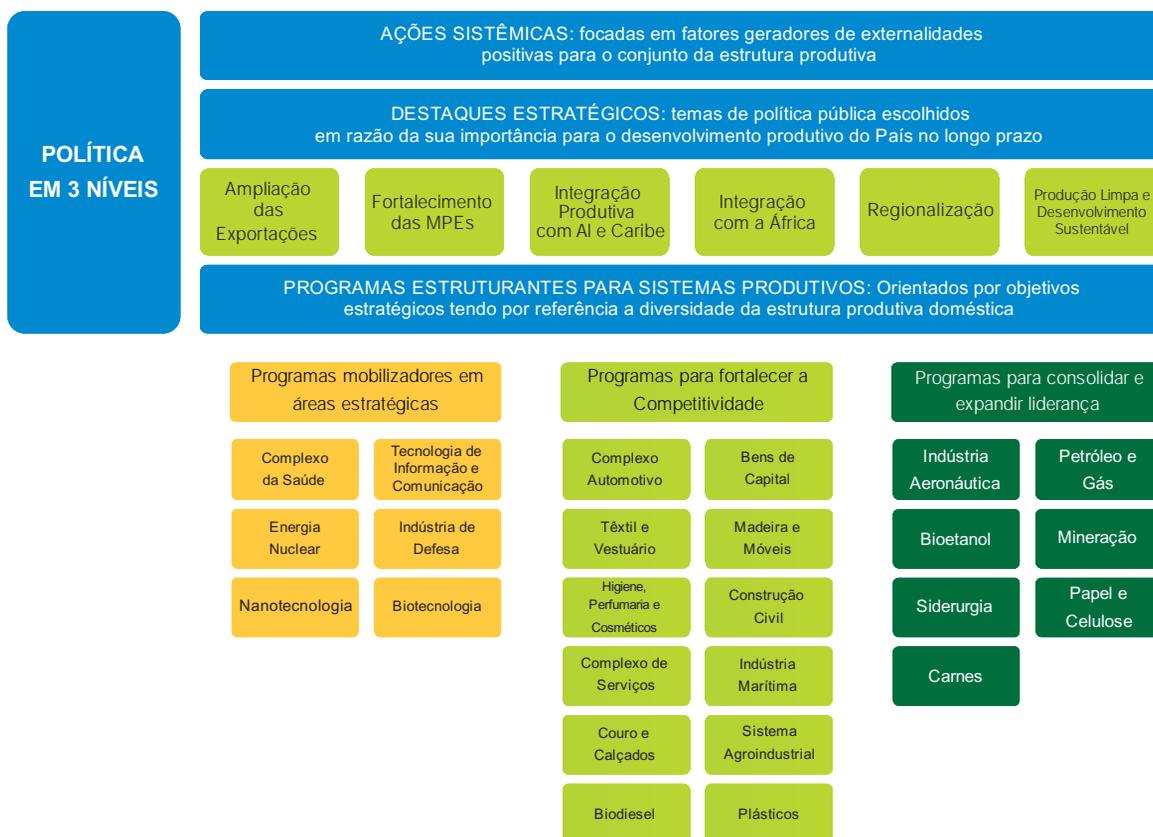
**3 – Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos:** que visam à construção da competitividade de longo prazo da economia. A execução de cada um desses programas exigiu interlocução permanente e sistemática com o setor privado e foi confiada a comitês executivos formados por representantes de diversos órgãos de governo, com intuito de integrar e convergir as ações dos programas com as políticas em curso.

## Programas

A partir do lançamento da PDP, foram iniciados 34 programas, sendo seis dos destaques estratégicos acima descritos e 28 dos Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos. Estes últimos ficaram distribuídos em três categorias:

- **Programas mobilizadores em áreas estratégicas:** coordenados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e pela Secretaria de Inovação – SI do MDIC. Estão relacionados à superação de desafios científico-tecnológicos para a inovação nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, nanotecnologia, defesa, energia nuclear e saúde.
- **Programas para fortalecer a competitividade:** coordenados e gerenciados pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção – SDP do MDIC. Foram selecionados, inicialmente, os setores com potencial de gerar efeitos de encadeamento sobre o conjunto da estrutura industrial como o automotivo; bens de capital; têxtil e confecções; madeira e móveis; higiene, perfumaria e cosméticos; construção civil; serviços; marítimo; couro e calçados; agroindústria; biodiesel e plásticos. Em 2009, foram acrescentados os setores de brinquedos, trigo e eletrônica de consumo. A articulação com o setor privado foi feita por meio dos Fóruns de Competitividade.
- **Programas para consolidar e expandir a liderança:** coordenados pelo BNDES e pela SDP/MDIC. Esses programas contemplaram setores e empresas que têm projeção internacional, com capacidade competitiva, e que buscam consolidar e expandir a liderança. São os setores de bioetanol; petróleo, gás e petroquímico; aeronáutico; e os complexos produtivos de commodities na mineração; siderurgia; papel e celulose; e carnes.

## Programas



Fonte: ABDI



## MEDIDAS DA PDP

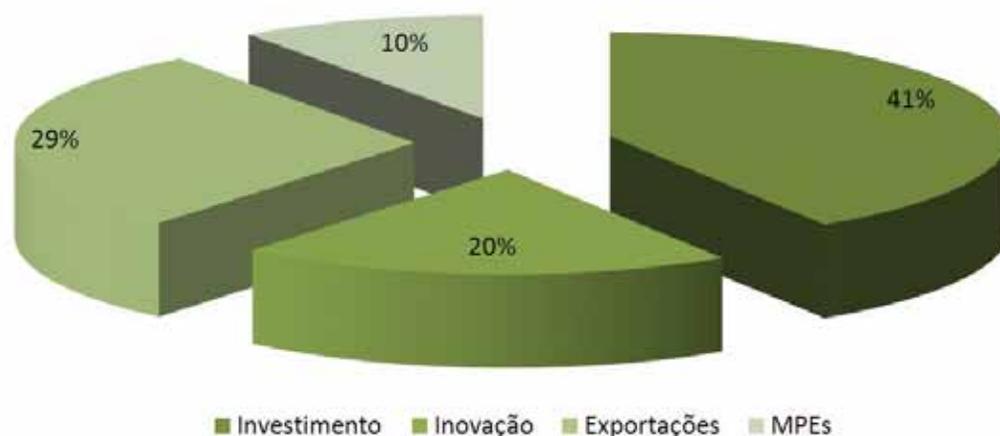
Entre 2008 e 2010, a PDP foi responsável por R\$ 21 bilhões em desonerações tributárias, alongamento de prazos de recolhimento de impostos, aceleração de regimes de depreciação acelerada de máquinas e equipamentos, ampliação de linhas de financiamento destinadas à inovação e tecnologia, entre outras ações.

Desde o lançamento da Política, foram adotadas 425 medidas, das quais 409 diretamente associadas à PDP e estão 99% operacionais. O 1% restante já tem legislação aprovada, mas ainda precisa de regulamentação.

Houve, também, quatro medidas relacionadas ao contexto da crise financeira internacional (100% operacionalizadas) e 12 a outros programas de governo (100% operacionalizadas).

Além dessas, outras 94 medidas foram geradas fora do âmbito da PDP e também impactaram o setor produtivo: 54 são associadas ao contexto da crise internacional (100% operacionalizadas) e 40 associadas a outros programas de governo (97,5% operacionalizadas), a exemplo do PAC (Minha Casa Minha Vida) e Mais Saúde.

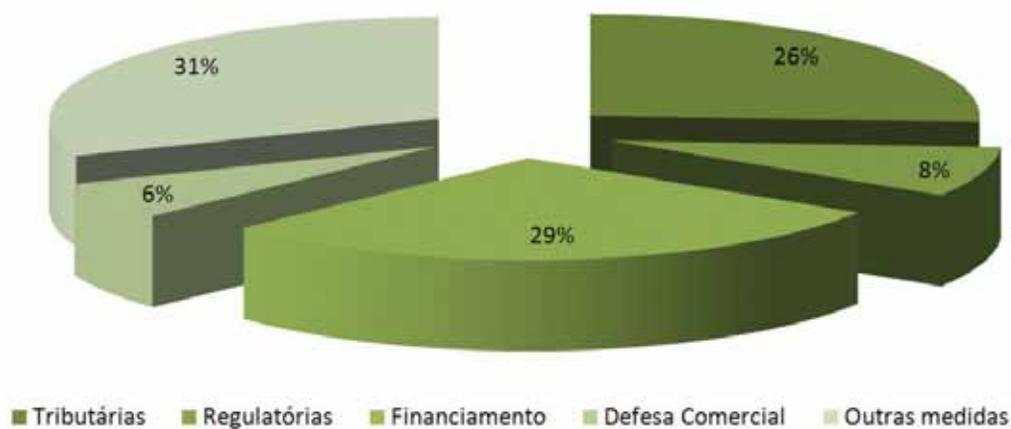
## Medidas implantadas por macrometa



Fonte: ABDI



## Medidas implantadas por tipo



Fonte: ABDI



### Cumprimento das macrometas

Diante desse universo de medidas, a macrometa de ampliar a participação brasileira nas exportações mundiais para 1,25% foi alcançada em 2009, quando esse percentual chegou a 1,26%. Porém, as outras três macrometas não foram atingidas até o final de 2010, pelos efeitos da crise financeira internacional.

Segundo o Ministério da Fazenda, a participação da Formação Bruta de Capital Fixo no PIB brasileiro, em 2010, deverá chegar a 19,1%, número inferior à macrometa de 21%, prevista na PDP. Mas representa um crescimento de 1,5 ponto porcentual sobre os 17,3% registrados em 2007, antes do lançamento da Política.

Também houve elevação da participação do gasto privado em P&D, que deverá terminar 2010 em 0,6% do PIB, segundo estimativas do BNDES, o que indica que a meta de 0,65% está próxima de ser alcançada.

A ampliação em 10% do número de MPEs exportadoras é a única macrometa da PDP que permanece longe de ser atingida. Em 2008 e 2009, foram registradas quedas no número de MPEs exportadoras de, respectivamente, 6,7% e 11,2%. Essa tendência se manteve em 2010.

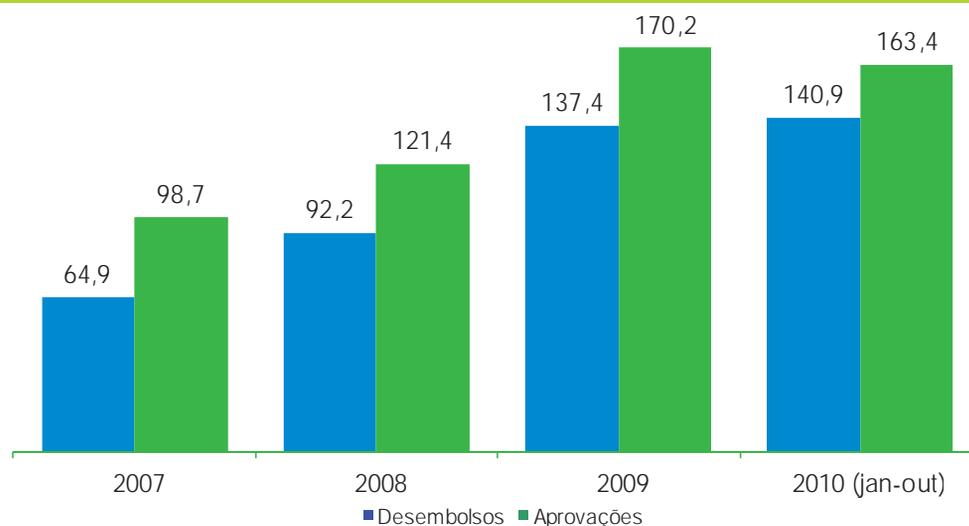
Mas, considerando os resultados da PDP, desde seu lançamento, é nítido o desenho para um novo caminho de desenvolvimento do Brasil.



## O PAPEL DO BNDES

O desempenho do BNDES, principal provedor de financiamento de longo prazo para investimentos no país, atingiu recorde histórico entre 2007 e outubro de 2010, com aumento de 117% nos desembolsos. A atuação do Banco foi fundamental para os bons resultados alcançados pela PDP e no combate aos efeitos da crise financeira internacional, a partir de 2008.

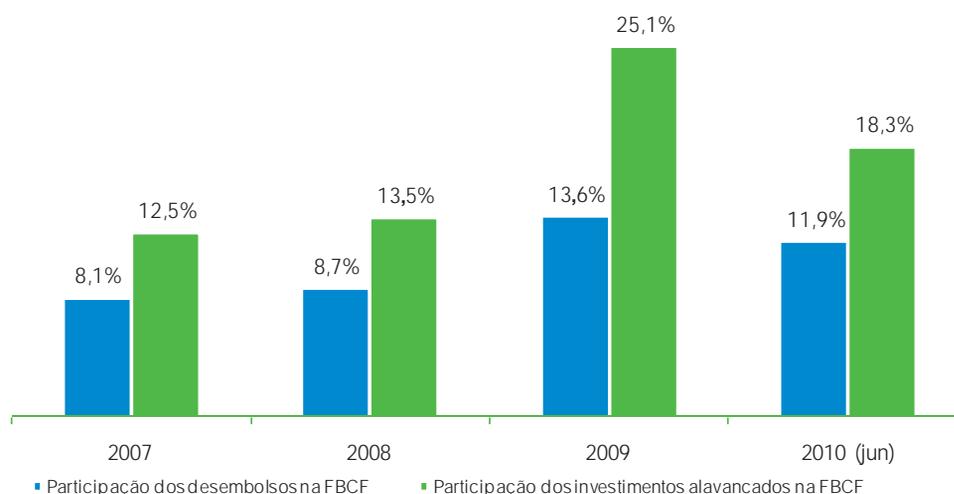
## Desembolsos e aprovações do BNDES de 2007 a 2010



Fonte:BNDES

Em 2007, antes do lançamento da PDP, o Banco já cumpria um papel estratégico na indução ao investimento: as aprovações atingiram R\$ 98,7 bilhões e os desembolsos de R\$ 64,9 bilhões foram recordes, até então. Houve, também, uma alteração importante na estrutura dos financiamentos da instituição: a maior demanda passou a vir para projetos de infraestrutura e ampliação da capacidade produtiva.

## Participação dos desembolsos do BNDES e dos investimentos alavancados na FBCF



Fonte:BNDES

Ainda em 2007, os desembolsos do BNDES alavancaram investimentos totais de R\$ 102,7 bilhões, dos quais R\$ 57,9 bilhões relativos a investimentos fixos. Esse aporte de recursos na economia gerou ou manteve dois milhões de empregos e representou 12,5% da Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF.

Em 2008, diante da crise financeira internacional, o BNDES, ao lado de outros bancos públicos federais, atuou para mitigar os efeitos da escassez de crédito sobre a economia e teve papel fundamental no êxito do processo. Como resultado das ações do BNDES, o impacto da crise foi muito mais moderado no Brasil do que nos países centrais e em boa parte dos países emergentes.

Em 2008, os desembolsos do Banco chegaram a R\$ 92,2 bilhões e foram fundamentais para manter 2,8 milhões de empregos, resultado de investimentos totais gerados na economia de R\$ 167,6 bilhões, dos quais R\$ 75,5 bilhões em ativos fixos. Esses valores representam uma contribuição de 13,5% na FBCF.

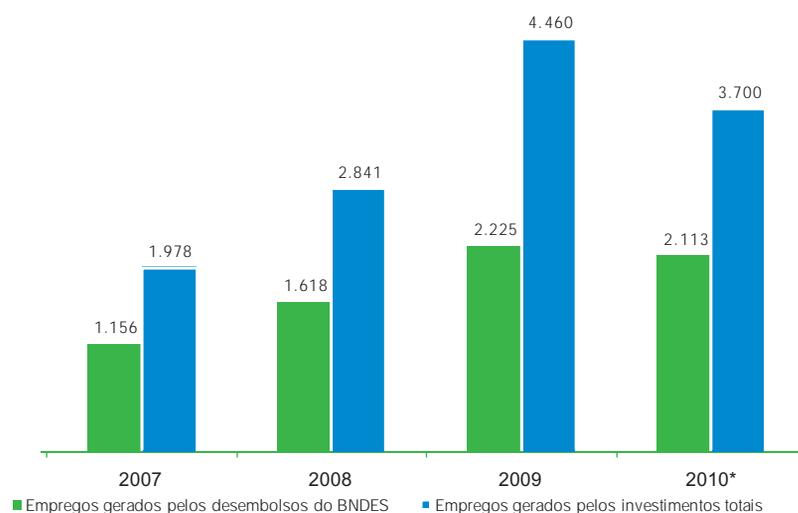
Em 2009, os postos de trabalho mantidos e ampliados atingiram 4,5 milhões. Os financiamentos de R\$ 137,4 bilhões do BNDES permitiram alavancar investimentos de R\$ 312 bilhões, que contribuíram com 25,1% da FBCF.

Em grande parte, o desempenho recorde, em 2009, está associado à continuidade do financiamento a projetos de investimento de longo prazo, em especial na indústria e em infraestrutura, e à atuação do Banco com medidas de combate à crise.

Em 2010, até junho, os desembolsos do BNDES tiveram participação de 11,9% na FBCF e os investimentos alavancados, de 18,3%.

Os desembolsos, até outubro de 2010, foram de R\$ 140,9 bilhões e as aprovações chegaram a R\$ 163,4 bilhões. A expectativa é de que sejam gerados ou mantidos 3,7 milhões de empregos com os investimentos totais gerados pelos financiamentos do BNDES em 2010.

### Empregos gerados ou mantidos pelos desembolsos do BNDES e pelo investimento total - 2007 a 2010 (em milhares)



Fonte: IBGE, MTE, FGV, BNDES

\*Previsão



Essas iniciativas posicionaram o BNDES, isoladamente, como a instituição que mais contribuiu para o crescimento do crédito na economia. A participação do estoque das operações de crédito do Banco, que era de 6% do PIB, em setembro de 2008, subiu para 8,9%, no ano seguinte.

Em 2009 e 2010, o Tesouro Nacional concedeu dois empréstimos ao BNDES, no valor total de R\$ 180 bilhões, o que permitiu ao BNDES reforçar sua capacidade de conceder crédito ao setor produtivo em um momento de crise internacional aguda. Isso se refletiu na manutenção de empregos e induziu uma recuperação mais rápida do investimento. Assim, foi possível ampliar a capacidade produtiva, aumentar a oferta de produtos no mercado, e conseqüentemente, contribuir para o crescimento sustentado da economia, sem pressões inflacionárias.

Do ponto de vista setorial, todos os financiamentos cresceram, no período, com destaque para a participação da indústria e da infraestrutura, que responderam, em média, por 80% dos desembolsos do Banco, entre 2007 e outubro de 2010. A taxa de crescimento para esses dois setores foi de, respectivamente, 71% e 62%, no período.



O desempenho da indústria, nos últimos anos decorre, principalmente, da atuação do BNDES nos setores de alimentos e bebidas, química e petroquímica e transporte, inclusive fabricação de veículos, embarcações, equipamentos ferroviários e aeronaves.

Os setores de infraestrutura que mais receberam financiamentos foram transportes e energia elétrica, ambos com aumento de 92% e 49% nas liberações, entre 2007 e outubro de 2010. O bom desempenho do setor de transportes deve-se, sobretudo, aos financiamentos ao segmento rodoviário, por meio do crédito da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame para ônibus e caminhões. O setor de comércio e serviços foi responsável pela maior taxa de crescimento no período, com 174%, impulsionado por programas voltados à administração pública direta estadual e municipal.

Com a missão permanente de promover o desenvolvimento, o BNDES atuou em parceria com outras esferas de governo para manter a trajetória de expansão do investimento. Dentre as iniciativas, destacam-se o apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e a coordenação de suas atividades com outros planos setoriais, como os da Saúde, Defesa e da Ciência e Tecnologia.

A aplicação de recursos do BNDES tem seguido a PDP. Em 2008, lançamento da Política, das 179 operações para a indústria, 75% se relacionavam a setores priorizados na PDP. Em 2009, a fatia aumentou para 83,3% dos 156 contratos para a indústria (empréstimos de capital de giro e créditos para projetos industriais).

### Principais setores das carteiras PDP- saldo a desembolsar (em R\$ milhões)

Área de atuação	Valor	Área de atuação	Valor
<b>Programas mobilizadores em áreas estratégicas</b>		<b>Programas para consolidar e expandir a liderança</b>	
Tecnologia da Informação e Comunicação	5.427	Complexo aeronáutico	8.843
<b>Programas para fortalecer a competitividade</b>		Petróleo, gás natural e petroquímica	12.314
Complexo automotivo	4.294	Bioetanol	7.773
Bens de capital	30.421	Mineração	5.166
Construção civil	34.188	Siderurgia	7.212
Complexo de serviços	49.772	<b>Destques Estratégicos</b>	
Indústria naval e cabotagem	20.857	Exportações	36.401
Agroindústria	18.110	Regionalização	58.441

Fonte: BNDES



Em 30 de setembro de 2010, o BNDES consolidou na carteira da PDP R\$ 192 bilhões em saldo a desembolsar, representando 82% da carteira total.



## AUMENTO DO INVESTIMENTO FIXO

No lançamento da PDP, em maio de 2008, um conjunto importante de medidas de estímulo ao investimento foi adotado pelo governo federal, principalmente no campo tributário e das condições de financiamento. Essas ações foram voltadas a criar condições para atingir a macrometa de ampliar, até 2010, para 21% do PIB a formação bruta de capital fixo.

O MDIC participou ativamente da elaboração destas medidas. Entretanto, cabe destacar que grande parte das ações não foi de responsabilidade exclusiva do MDIC, mas sim resultante do processo de articulação sob sua coordenação

Dentre as medidas de caráter tributário, destaca-se, inicialmente, a redução do prazo de apropriação dos créditos gerados na aquisição de bens de capital relativos ao PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, de 24 para 12 meses. Foi também instituída a depreciação acelerada de máquinas e equipamentos utilizados na fabricação de bens de capital em 20% do tempo normal e concedido estímulo adicional à continuidade dos investimentos na indústria de bens de capital. Essas duas medidas integraram a Medida Provisória 428, convertida na Lei 11.774, de 17 de setembro de 2008.

Ainda no âmbito da PDP, houve a introdução de significativo número de medidas voltadas à melhoria das condições de financiamento ao investimento. No lançamento da Política, foi anunciado um conjunto de alterações relevantes nas condições de oferta de recursos pelo BNDES, destacando-se:

- Redução do spread médio do conjunto de linhas de financiamento, de 1,4% para 1,1%;
- Redução do spread médio na comercialização de bens de capital, de 1,5% para 0,9%;
- Redução da taxa de intermediação financeira de 0,8% para 0,5%; e
- Duplicação do prazo para a indústria na Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, de cinco para 10 anos.

## Programa de Sustentação do Investimento – PSI

Ao longo dos 31 meses seguintes ao lançamento da PDP, outras medidas de financiamento ao investimento foram introduzidas, ampliando-se ainda mais os estímulos.

Destaque-se o lançamento do Programa de Sustentação do Investimento do BNDES – PSI, em junho de 2009. Além da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre um grande conjunto de bens de capital, o programa definiu ajustes nas condições de financiamento do BNDES, responsável pela execução do PSI:

- Redução da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, de 6,25% para 6,0% ao ano (a.a.);
- Redução do custo de empréstimo do Tesouro Nacional ao BNDES de TJLP+2,5% para apenas TJLP;
- Redução das taxas de juros para aquisição e produção de bens de capital de cerca de 10,25% para 4,5% a.a.;
- Redução das taxas de juros para aquisição e produção de caminhões e ônibus de cerca de 10,25% para 7,5% a.a. fixos. A partir de 1º de julho de 2010, as taxas de juros subiram para 8,5% a.a.;
- Constituição do Fundo Garantidor de Investimento para empresas de menor porte.

Originalmente, os benefícios do PSI vigorariam até 31 de dezembro de 2009, porém, este prazo foi prorrogado até 30 de junho, e depois, até 31 de dezembro de 2010.

No total, da carteira com dotação de R\$ 133 bilhões do BNDES para o PSI, R\$ 106 bilhões já estão comprometidos, dos quais R\$ 70 bilhões foram desembolsados.

### Carteira e desembolsos do PSI (em R\$ milhões)

Subprograma	Dotação	Valor comprometido	(%) MPMEs	Total
BK - demais itens	66.000	50.415	33%	23.526
BK - ônibus e caminhão	315.000	25.569	72%	21.568
Inovação	2.000	970	14%	161
Exportação	23.400	22.671	18%	19.449
Procaminhoneiro	10.100	6.294	100%	5.354
<b>Total</b>	<b>133.000</b>	<b>105.919</b>	<b>39%</b>	<b>70.058</b>

Fonte: BNDES



A execução do PSI foi fundamental para reduzir os efeitos da crise sobre a economia, em 2009 e contribuiu, significativamente, para os prognósticos de crescimento do PIB em torno de 7,5%, em 2010.

### Investimentos de 2011 a 2014

O monitoramento dos investimentos realizados pelo BNDES revela que, embora a crise tenha produzido contenção nos planos de investimento nos setores fortemente

dependentes do mercado externo, os setores voltados ao mercado interno e, de forma geral, os setores de infraestrutura tiveram seus planos de investimento pouco afetados.

A perspectiva é de um grande volume de investimentos para 2011-2014, que deverão alcançar quase R\$ 1,6 trilhão, 66,3% mais que no período 2006-2009, conforme o quadro abaixo.

### Investimentos realizados entre 2006 e 2009 e investimentos previstos de 2011 a 2014, por setores

Setores	Valores (R\$ bilhão)		Crescimento	
	2006-2009	2011-2014	%	% a.a.
<b>Indústria</b>	<b>371</b>	<b>611</b>	<b>64,6%</b>	<b>10,5%</b>
Petróleo e gás	205	378	84,3%	13,0%
Extrativa mineral	59	62	5,2%	1,0%
Siderurgia	27	41	51,3%	8,6%
Química	20	40	95,5%	14,3%
Veículos	25	33	31,4%	5,6%
Eletroeletrônica	16	29	81,5%	12,7%
Papel e celulose	18	28	51,6%	8,7%
<b>Infraestrutura</b>	<b>236</b>	<b>378</b>	<b>60,5%</b>	<b>9,9%</b>
Energia elétrica	92	139	50,5%	8,5%
Telecomunicações	62	70	11,7%	2,2%
Saneamento	26	41	56,9%	9,4%
Ferrovias	20	60	202,1%	24,7%
Transporte rodoviário	30	51	71,4%	11,4%
Portos	5	18	225,1%	26,6%
<b>Edificações</b>	<b>353</b>	<b>607</b>	<b>72,0%</b>	<b>11,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>960</b>	<b>1596</b>	<b>66,3%</b>	<b>10,7%</b>

Fonte: BNDES



O elevado peso desses setores na FBCF, associado à rápida recuperação da economia e às medidas de estímulo ao investimento, contribui para a expectativa de que nos próximos anos os investimentos deverão crescer num ritmo superior ao do PIB.

#### Estudos conjunturais e estratégicos

Dentro do esforço de promover o crescimento dos investimentos da indústria no País, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI também teve uma participação ativa com a organização de uma série de estudos e eventos com foco nos setores contidos na PDP.

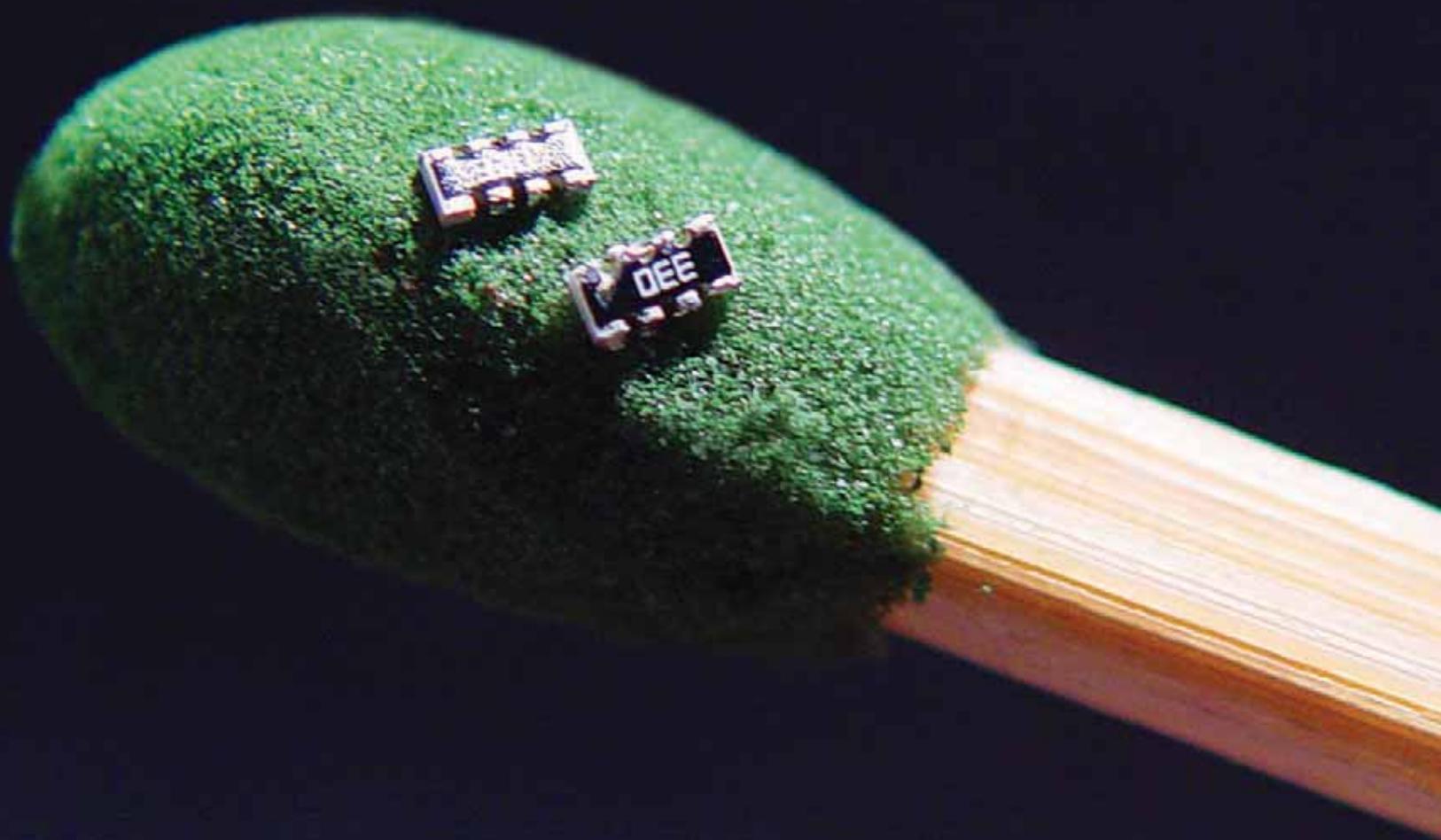
Durante o período de 2007 a 2010, foram elaborados onze Boletins de Conjuntura Industrial, que abordam aspectos de produção física, emprego e comércio exterior, e três

Panoramas da Indústria, que discutem as características e o comportamento da indústria brasileira.

Além disso, foram preparados 48 relatórios setoriais, com análises econômicas e estruturais dos setores de tecnologia da informação e comunicação – TICs, transformados plásticos, aeronáutica, autopeças, cosméticos, madeira e móveis, couro e calçados, frutas processadas, construção naval, edificações, saúde, têxtil e confecção.

A ABDI publicou ainda os Estudos de Inovação Setorial, que apresentam o padrão de inovação em cada setor (complexo automotivo, couro e Calçados, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, madeira e móveis, plásticos, tecnologia da informação e comunicação, têxtil e confecção, aeronáutica, bens de capital, naval, agroindústria, defesa e petróleo & gás), de acordo com os dispêndios com atividades inovativas, lançamentos de novos produtos e processos e inserção internacional.





# INCENTIVOS A INOVAÇÃO

Desde o lançamento da PDP, o objetivo de elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras faz parte de um esforço convergente com o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério de Ciência e Tecnologia – PACTI.

No lançamento da PDP, foram adotadas iniciativas com este fim, como medidas tributárias, que permitiram a depreciação imediata de máquinas e equipamentos utilizados em pesquisa, bem como o aperfeiçoamento da legislação envolvendo a Lei de Informática e a Lei do Bem, entre outras.

O esforço conjunto entre a PDP e o PACTI pode, também, ser simbolizado pelo compartilhamento da meta de elevar o dispêndio privado em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D para 0,65% do PIB, até 2010.

Entre as iniciativas de articulação da PDP com o PACTI destacam-se duas:

- Ganhou importância a coordenação entre instituições envolvidas com o apoio à inovação, como a constituição do grupo de trabalho permanente para definir ações conjuntas e complementares, com a participação do MCT, BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Um dos resultados obtidos foi o investimento de R\$ 605 milhões na implantação de 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em todas as regiões do País.
- Para potencializar o efeito das políticas, os recursos de subvenção e crédito do MCT/ FINEP foram direcionados, prioritariamente, para os Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas da PDP – biotecnologia, nanotecnologia, defesa, saúde, energia nuclear e tecnologias da informação e comunicação – TICs.

## INVESTIMENTOS EM P&D

Entre os instrumentos e benefícios da PDP voltados para a P&D destacam-se:

- Dedução em dobro na projeção da base do cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das despesas com formação de pessoal em pesquisa e desenvolvimento no setor de TICs.
- Depreciação imediata de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.
- Financiamento não-reembolsável do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas – Pape, da FINEP, para atividades de P&D de produtos e processos inovadores

empreendidos por pesquisadores que atuam diretamente, ou em cooperação, com empresas de base tecnológica.

- Incentivos fiscais com PIS/Pasep, IPI e IR para empresas que investem no mínimo 1% do faturamento em P&D e que exerçam as atividades de desenvolvimento e fabricação de equipamentos transmissores de sinais por radiofrequência para televisão digital.
- Isenção e redução de impostos na remuneração de pesquisadores, titulados como mestres e doutores, empregados em atividades de P&D nas empresas, para incentivar a capacidade de desenvolverem, internamente, inovações tecnológicas.

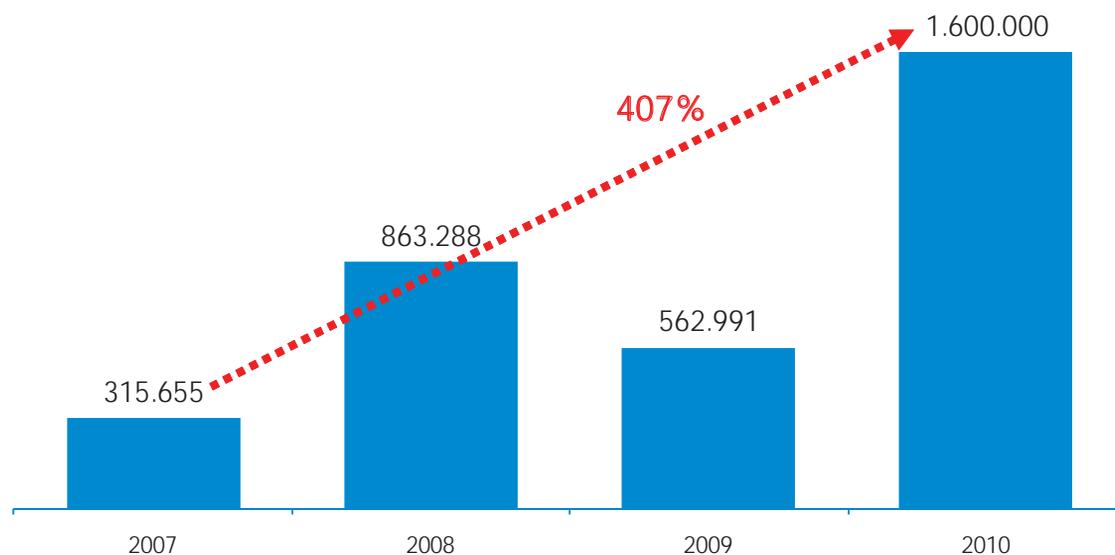


#### Apoio do BNDES à inovação

Além da subvenção econômica da FINEP para empresas interessadas em investir em inovação, cresceram de forma exponencial, nos últimos anos, as operações de crédito para projetos de inovação realizados pelo o BNDES.

As liberações para projetos de apoio à inovação no BNDES passaram de R\$ 315,6 milhões, em 2007, para R\$ 863 milhões, em 2008. Em 2009, esses desembolsos foram de R\$ 563 milhões, devido aos efeitos da crise financeira internacional. Porém, a previsão para 2010 é de que esse número chegue a R\$ 1,6 bilhão, quintuplicando em quatro anos.

## Desembolsos do BNDES para projetos de apoio à inovação entre 2007 e 2010 (R\$ milhões)



Fonte:BNDES

Esse aumento do gasto público federal tem importante papel na indução das aplicações privadas em P&D. Além disso, o Banco passou a considerar inovação tecnológica como um dos critérios da análise dos pedidos de crédito.

Os desembolsos das agências oficiais devem crescer ainda mais, em decorrência das medidas adotadas no âmbito do PSI, que melhoraram as condições de financiamento para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

As linhas de financiamento à inovação do BNDES tiveram seus custos reduzidos, com destaque para:

- Linha Inovação Tecnológica (BNDES) – 3,5% a.a.;
- Linha Capital Inovador (BNDES) – 4,5% a.a.

### Apoio a engenharia automotiva e BNDES-Proengenharia

Foi também criado, em maio de 2008, no âmbito da PDP, o Programa de Apoio à Engenharia Automotiva do BNDES, que prevê financiamento de projetos para o desenvolvimento de engenharia automotiva, incluindo mão-de-obra. Até setembro de 2010, seis operações em carteira somavam financiamentos de R\$ 350 milhões.

Além disso, em setembro de 2009, o BNDES estendeu esse programa para outros setores, criando o Programa de Apoio à Engenharia – BNDES-PROENGENHARIA. Assim, o Banco passou a apoiar projetos de engenharia nos setores de bens de capital, defesa, nuclear, aeronáutico, aeroespacial, gás, indústria naval e da cadeia de fornecedores de petróleo.

As condições são:

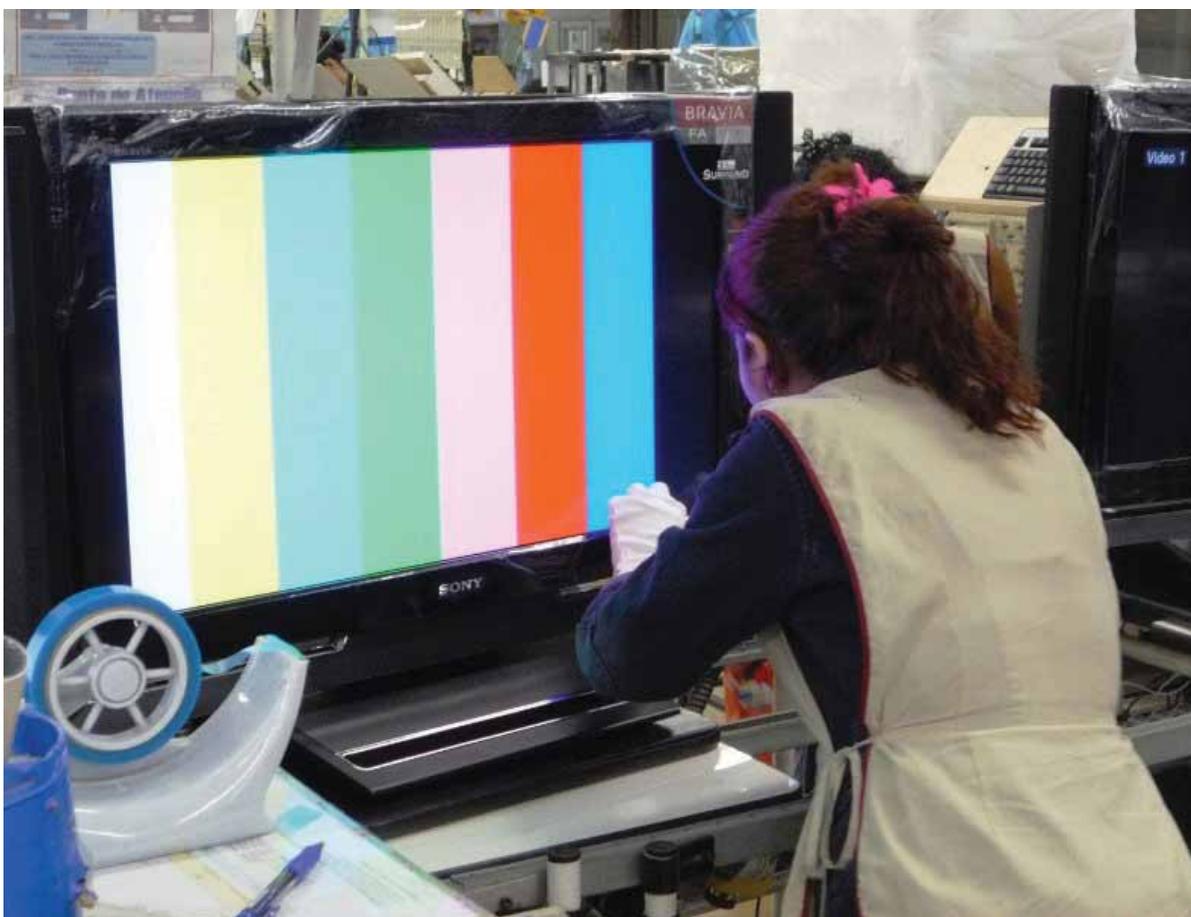
- Taxa de Juros: TJLP + 0,9% + spread de risco de crédito;
- Dotação: R\$ 4 bilhões;
- Limite mínimo de operação direta: R\$ 3 milhões.

Outra vertente de financiamento do BNDES à inovação tem sido o Cartão BNDES. Os desembolsos neste segmento ficaram em R\$ 676 mil em 2009. De janeiro a setembro de 2010, atingiram R\$ 1,6 milhão, 753% mais do que no mesmo período de 2009.

Finalmente, é importante destacar a crescente percepção do setor privado em relação ao caráter estratégico das atividades de inovação e sua importância para aproveitar oportunidades de inserção competitiva de longo prazo no mercado mundial.

Esta percepção, somada às medidas da PDP e do PACTI, tem contribuído de forma significativa para a ampliação dos esforços inovativos das empresas brasileiras.





## Tecnologias de informação e comunicação

Dentro da PDP, especialmente no eixo da inovação, a área das tecnologias da informação e comunicação – TICs é considerada estratégica.

Nesse sentido, em 2008, foi criado o Fórum de Competitividade de Software e Serviços de Tecnologia da Informação como instrumento de desenvolvimento do setor. Coordenado pela Secretária de Inovação – SI/MDIC, o Fórum busca elevar a competitividade industrial, com ações voltadas para geração de emprego e renda, desenvolvimento e desconcentração regional da produção, aumento das exportações, substituição competitiva das importações e capacitação tecnológica das empresas.

Com esse Fórum, criou-se um espaço para discussões sobre políticas e ações para as TICs entre governo, setor produtivo, universidades e a sociedade. Mesmo com os contratempos ocorridos em função da crise, a implantação das medidas para o setor contidas na PDP tem sido exitosa.

Já no setor de telecomunicações, o mais importante instrumento de fomento a pesquisa e desenvolvimento, integrado à PDP, é o Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.

O projeto de maior êxito, realizado com o apoio deste fundo, foi o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital - SBTVD, que já se tornou um padrão de televisão digital internacionalmente reconhecido.

Baseado no padrão japonês ISDB-T (*Integrated Services Digital Broadcast – Terrestrial*), o

SBTVD incorporou melhorias propostas pelo Governo Federal, comunidade científica e setor empresarial, passando a ser designado internacionalmente por ISDB-TB (*Integrated Services Digital Broadcast – Terrestrial, Brazilian Version*).

Além disso, desde 2007, principalmente a partir do lançamento da PDP, em 2008, até julho de 2010, foram aprovadas 637 habilitações aos incentivos da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), beneficiando, diretamente, empresas dos segmentos de informática, componentes eletrônicos, telecomunicação e automação industrial.

Os incentivos estão relacionados à redução do IPI para os bens de informática e automação produzidos no país. Também há a manutenção de crédito do IPI na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens de informática.

Para agilizar o processo de concessão desses benefícios, foram desenvolvidos e implantados, a partir de 2010, dois sistemas eletrônicos pelo MDIC e MCT que permitem às empresas a apresentação das suas propostas via Internet, reduzindo a burocracia que interfere no prazo de concessão dos incentivos fiscais da Lei de Informática.

Antes da implantação desses sistemas, as empresas eram obrigadas a formalizar seus pleitos por meio de processos físicos que tramitavam pelo MCT, MDIC e Ministério da Fazenda. Levava-se, em média, seis meses até que uma concessão fosse autorizada. Com os sistemas eletrônicos, esse prazo foi reduzido, drasticamente, para menos de um mês, gerando um ganho de competitividade para as empresas que atuam no segmento de informática, automação e telecomunicações.



### Sondagem de Inovação

Para acompanhar os investimentos privados para monitorar a macrometa de inovação da PDP, a ABDI passou a produzir o estudo trimestral Sondagem de Inovação, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. A primeira edição da

pesquisa foi divulgada em abril deste ano e a segunda em outubro.

Os dados revelaram que, atualmente, sete em cada dez grandes empresas brasileiras já apostam na inovação tecnológica para aumentar sua competitividade no mercado interno.

Segundo o levantamento, 71,5% das 1.650 empresas analisadas – com mais de 500 empregados – inovaram no lançamento de produtos ou no processo de fabricação entre abril e junho de 2010. O número ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior (71,4%). A pesquisa também apontou que 27% das empresas ampliaram os investimentos próprios em pesquisa e desenvolvimento e 47% mantiveram o mesmo nível do trimestre anterior.

## INMETRO - PROGRAMAS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

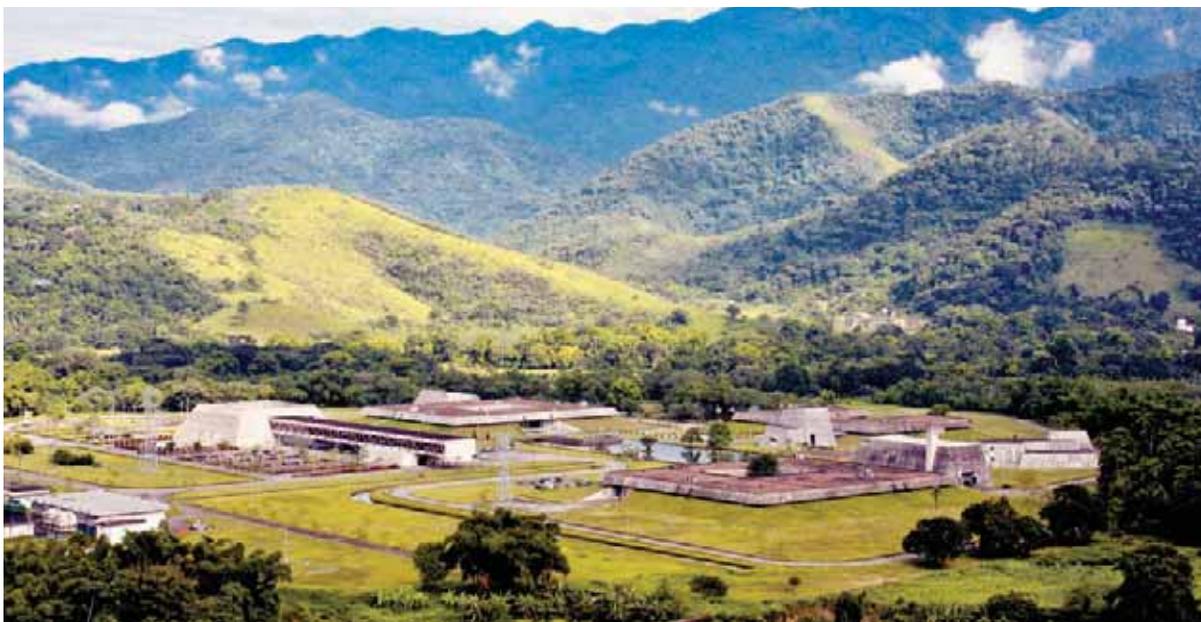
Os instrumentos de avaliação da conformidade desenvolvidos e implantados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro são outra importante maneira para incentivar a inovação nas empresas brasileiras e garantir a qualidade e a segurança de seus produtos

Nos últimos quatro anos, com apoio do MDIC e em sintonia com a PDP, o Inmetro consolidou seu papel de centro internacional de referência científica, ao também desenvolver pesquisas que apoiaram a indústria e contribuíram para sua inserção no cenário mundial.

De 2007 a 2010, o Inmetro desenvolveu 95 novos Programas de Avaliação da Conformidade. Destacam-se o Padrão Brasileiro de Plugues e Tomadas, a certificação de brinquedos, assentos para crianças em automóveis, chupetas, uniformes escolares para escolas públicas e equipamentos de proteção individual (calçados isolantes, luvas cirúrgicas e não-cirúrgicas) e a regulamentação de acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida aos ônibus urbanos e rodoviários e às embarcações usadas para transporte de passageiros.

No período, foram também lançados os programas Caminho na Escola, que traz especificações técnicas para ônibus escolares da zona rural; Um Computador por Aluno, para equipar laboratórios de informática nas escolas públicas; e Bônus Certificação, para produtos das MPEs.

É importante citar, também, o Programa Brasileiro de Certificação de Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, que já tem 21 empresas certificadas, destacando o Brasil como primeiro país a desenvolver certificação com base no tripé da sustentabilidade, voltada ao equilíbrio econômico, ambiental e social; e o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Biocombustíveis, desenvolvido, em parceria com o National Institute for Standards and Technology – Nist/EUA, e que, no final de 2008, disponibilizou para as indústrias quatro tipos de Materiais de Referência Certificados – MRC para álcool e biodiesel.



Como um avanço na luta para reduzir o número alarmante de acidentes nas estradas brasileiras, o Inmetro desenvolveu, ainda, uma metodologia inédita para verificação dos cronotacógrafos, na qual participam desde o proprietário do veículo em que está instalado o equipamento até as unidades do Inmetro, passando por postos de selagem e postos de ensaio. Foram realizados cerca de 300.000 certificados/mês, em 2010, prevendo-se atingir 410.000 certificados/mês, até o final de 2011.

No final de 2008, para aumentar a eficácia da Polícia Militar na aplicação da Lei Seca, o Inmetro efetuou, também, a verificação e aprovação dos novos modelos de etilômetros ofertados no mercado, atingindo cerca de sete mil equipamentos.

Programa Brasileiro de Etiquetagem



## PROGRAMA BRASILEIRO DE ETIQUETAGEM

Entre as principais ações do Inmetro está o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE que, nos últimos quatro anos, continuou a ser aprimorado. Com os 30 programas de etiquetagem existentes, o Brasil é o país com o maior programa de etiquetagem do mundo.

Por meio da Etiqueta Nacional de Consumo de Energia – ENCE, conhecida por suas faixas coloridas, o consumidor é informado sobre a eficiência energética de cada produto, estimulando-o a fazer uma compra consciente. Atualmente, estão em processo

de revisão os regulamentos de avaliação da conformidade do PBE de eletrodomésticos da linha branca. A intenção é torná-los mais rigorosos e aumentar a eficiência energética desses aparelhos.

## Etiquetagem veicular

<b>Energia ( Combustível )</b>		<b>2010</b> Ano de aplicação	
Categoria do veículo Marca Modelo Versão Motor Transmissão		<b>Compacto</b> <b>(Nome/Logo)</b> Samba Flex LXP ou nome XYZ Manual 5 Velocidades	
<b>Menor consumo na categoria</b> 			
<b>Maior consumo na categoria</b>			
<b>COMBUSTÍVEL</b>		<b>Álcool</b>	<b>Gasolina</b>
<b>Quilometragem por litro *</b>		<b>km/l</b>	<b>km/l</b>
Cidade ( ciclo urbano )		<b>6,9</b>	<b>9,8</b>
Estrada ( ciclo rodoviário )		<b>8,1</b>	<b>11,3</b>
Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, de acordo com o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves, com Motores do Ciclo Otto. ESTA ETIQUETA NÃO PODE SER REMOVIDA ANTES DA VENDA DO VEÍCULO			
<b>IMPORTANTE:</b> * Valores medidos em condições padrão de laboratório (NBR-7024) e ajustados para simular condições mais comuns de utilização. O consumo percebido pelo motorista poderá variar para mais ou para menos, dependendo das condições de uso. Para saber por que, consulte <a href="http://www.inmetro.gov.br">www.inmetro.gov.br</a> e <a href="http://www.conpet.gov.br">www.conpet.gov.br</a>			
<small>Instruções e recomendações de uso, leia o Manual do Proprietário</small>			

Entre os 30 programas de etiquetagem, outro destaque é o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, com foco no aumento da eficiência energética e na redução de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) de veículos automotores.

O PBE Veicular, lançado pelo MDIC e pelo Inmetro no Salão do Automóvel de 2008, em São Paulo, tem como referência a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia Veicular – ENCEV e classifica os veículos de acordo com a eficiência energética, por categoria: sub-compactos, compactos, médios, grandes, comercial leve, carga derivado leve, fora-de-estrada e esportivo.

A classificação vai de “A” (mais eficiente) até “E” (menos eficiente), sendo considerados mais eficientes os automóveis que, nas mesmas condições, gastam menos energia e, portanto, consomem menos combustível.

Além disso, são informados os valores de referência da quilometragem por litro, na cidade e na estrada, com diferentes combustíveis. Seis montadoras já aderiram ao PBE Veicular,

abrangendo 67 modelos, o que corresponde a 50% dos veículos comercializados no País.

Assim, o Brasil ingressou na lista dos países comprometidos com a questão ambiental que desenvolvem programas de eficiência energética e de uso racional de combustível em veículos, como Estados Unidos, Japão, Austrália, China, Canadá, Cingapura e países da União Européia.

O programa, também, tem a participação do Ministério de Minas e Energia – MME, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo – Cetesb, do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras – Cenpes e da indústria automobilística, representada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea e pela Associação Brasileira de Empresas Importadoras de Veículos Automotivos – Abeiva.



### Laboratórios de metrologia

De 2007 a 2010, o Inmetro implantou, em seu Campus no Município de Xerém, mais 10 laboratórios que prestam serviços de ensaio a empresas e universidades, com investimentos de cerca de R\$ 10 milhões.

A atuação dos laboratórios é estratégica para o desenvolvimento tecnológico de vários setores industriais, como cerâmico, petroquímico, farmacêutico, metalúrgico, elétrico, automobilístico e aeroespacial, entre outros.

O principal é o Laboratório de Metrologia de Materiais, para garantir rastreabilidade e assegurar confiabilidade de medidas de propriedades de materiais, com ensaios em implantes ortopédicos, dispositivos orgânicos emissores de luz – OLEDs e materiais nanoestruturados.

Neste laboratório, está instalado o microscópio eletrônico de varredura e transmissão TITAN, único equipamento do gênero na América Latina, dotando o País de padrões de

referência em nanotecnologia.

A produção de sensores e equipamentos elétricos e eletrônicos superminiaturizados; de fios e tecidos inteligentes que não perdem a cor, não mancham e não molham; de plásticos ultra-resistentes e com novas propriedades, além de tintas à prova de riscos e vidros que não retêm água, são apenas algumas das inúmeras aplicações que podem ser geradas pelas pesquisas com o TITAN, em diversos setores industriais.

Outros destaques são o Laboratório de Biotecnologia, que apóia o Centro Brasileiro de Material Biológico, em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI; e o Laboratório Móvel de Telecomunicações e TV digital, que mede sinais de TV e rádio digitais e sistemas de acesso à Internet Banda Larga.

Em julho de 2010, o Inmetro inaugurou, também, os laboratórios de Velocidade de Fluidos e de Vazão de Líquidos, uma parceria com a Petrobrás e com a Finep.

Esses laboratórios garantirão maior confiabilidade aos sistemas de calibração de medidores de vazão de líquidos e gás, no abastecimento doméstico, produção de bebidas e fármacos, estudos oceânicos e plataformas de petróleo do pré-sal oferecendo mais agilidade e reduzindo custos para a indústria nacional, sobretudo em relação à produção de óleo e gás.

#### Qualificação e plano de carreiras e cargos do Inmetro

Nos últimos quatro anos, o Inmetro investiu muito na carreira e na qualificação de seu quadro de pessoal. A Lei nº 11.355/2006 criou o Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro – PCCL, que estabeleceu a atual estrutura de cargos, definindo detalhadamente as atribuições, qualificações necessárias e formas de acesso e progressão.

O MDIC teve participação ativa na regulamentação do Plano de Carreiras, efetivada pelo Decreto nº 6.275/2007, que autorizou o Instituto a realizar concursos públicos para o provimento de 638 cargos, nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

Além do preenchimento desses postos, o Inmetro incentivou a capacitação do seu corpo funcional. Destaca-se a ação realizada em 2009, com a adoção do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, concebido a partir do mapeamento de competências gerenciais, com foco na excelência de gestão.

O Programa foi escolhido como iniciativa de sucesso adotada no Serviço Público Federal em prol da capacitação dos servidores e foi destaque no encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, em fevereiro de 2010, na comemoração dos quatro anos de implantação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP, realizada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

No final de 2005, a força de trabalho do Inmetro era de cerca de 1.400 pessoas (800 servidores e 600 funcionários terceirizados). Atualmente, são 2.000 pessoas, metade das quais servidores ativos e os demais celetistas, bolsistas de pesquisa e de iniciação científica e estagiários.

Hoje, o Inmetro tem em seus quadros 173 doutores, oito vezes mais do que havia em 2005 (cerca de 17% do total de servidores), além de 257 mestres.

## DEFESA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A defesa da propriedade intelectual é, também, determinante para garantir investimentos em inovação por parte das empresas instaladas no Brasil, um dos objetivos da PDP. Os ativos intangíveis, como marcas, patentes e outros registros, são essenciais para conquistar espaço no mercado. Eles podem ser comercializados ou licenciados, gerando recursos e parcerias para inovar cada vez mais.

Nos últimos anos, o desafio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, ligado ao MDIC, foi conscientizar o público nacional sobre a importância da propriedade intelectual, já que muitas criações nacionais nunca foram protegidas.

As solicitações de direitos autorais cresceram significativamente como consequência do interesse de empresas estrangeiras em instalarem-se no Brasil.

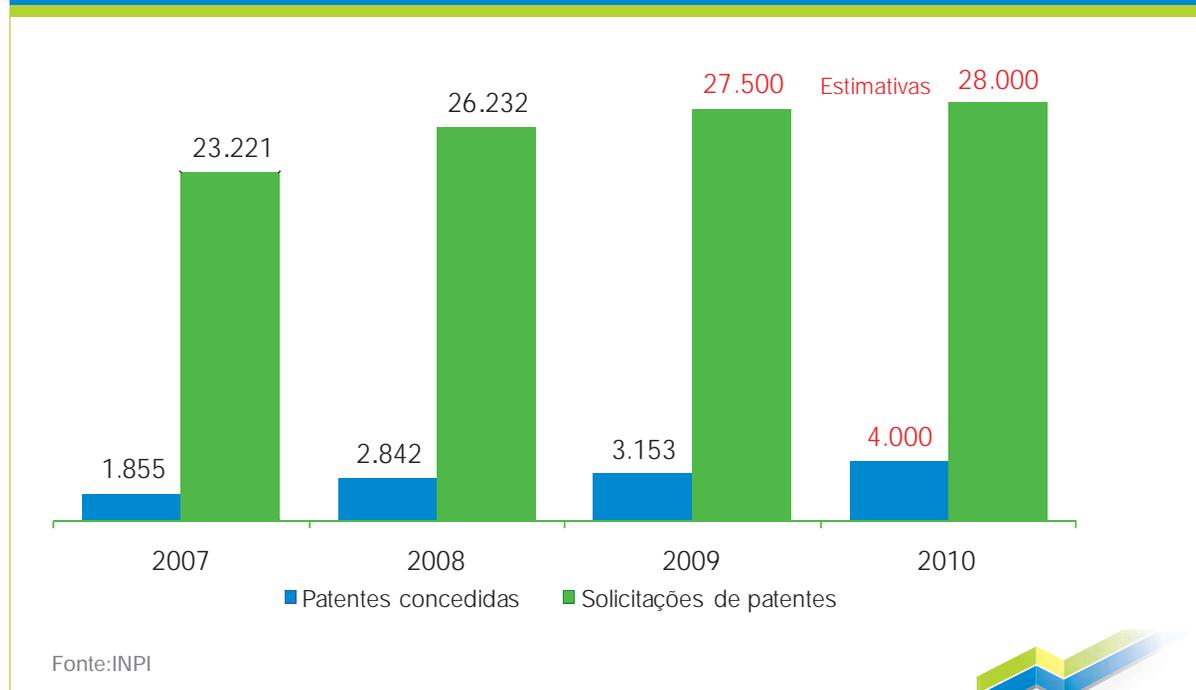
Para examinar os pedidos e concedê-los num prazo razoável, foi necessária uma reestruturação organizacional e administrativa do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Em 2008 foi realizado concurso para contratação de pessoal, e também houve capacitação dos recursos humanos ao longo dos últimos quatro anos.

### Ampliação do registro de patentes e marcas

Com a contratação de pessoal e a mudança de estrutura, de 2007 a 2009, as patentes concedidas pelo INPI cresceram quase 70%, de 1.855 para 3.153. Em 2010, a previsão é chegar a quatro mil.

Atualmente, há uma grande demanda por concessões de patentes, tanto por brasileiros quanto por estrangeiros. De 2007 a 2008, as solicitações de patentes passaram de 23.221 para 26.232, um acréscimo de 12,9%. Em 2009, dados ainda preliminares estimam que esse número atingiu cerca de 27.500. Em 2010, o índice deve ficar acima de 28 mil.

Patentes solicitadas e concedidas no INPI de 2007 a 2010



Com relação aos pedidos de patentes feitos por brasileiros no exterior, a atuação do INPI como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar - ISA/IPEA, na sigla em inglês – foi iniciada em agosto de 2009. Até novembro de 2010, 361 solicitações foram efetuadas.

Com o ISA/IPEA, ficou mais fácil para os brasileiros decidirem sobre a viabilidade econômica e técnica de fazer seus depósitos internacionais de patentes, pois estes poderão ser feitos diretamente no INPI e em Português. Depois, com os relatórios, o inventor poderá decidir se é viável fazer o depósito em outros países. Este procedimento reduz o dispêndio desnecessário de recursos em tradução dos documentos e dos depósitos em si.

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI aprovou o uso do Português como idioma para publicação de pedidos de patentes, o que dispensa a tradução dos pedidos para um idioma estrangeiro na fase de busca e exame preliminar, gerando economia para o empresário.

De 2006 a 2009, no sistema do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes - PCT, na sigla em Inglês, os pedidos feitos por cidadãos do Brasil cresceram 48%, de 334 para 494.

Nos últimos quatro anos, o INPI continuou a informatização dos seus sistemas para desburocratizar os procedimentos, o que contribuiu para reduzir prazos e ampliar a eficiência. Na Diretoria de Marcas do órgão, a grande transformação ocorreu com o sistema eletrônico para realizar pedidos de registro de marcas via Internet, o e-Marcas, lançado em setembro de 2006, e que também permite o envio de petições referentes aos processos.

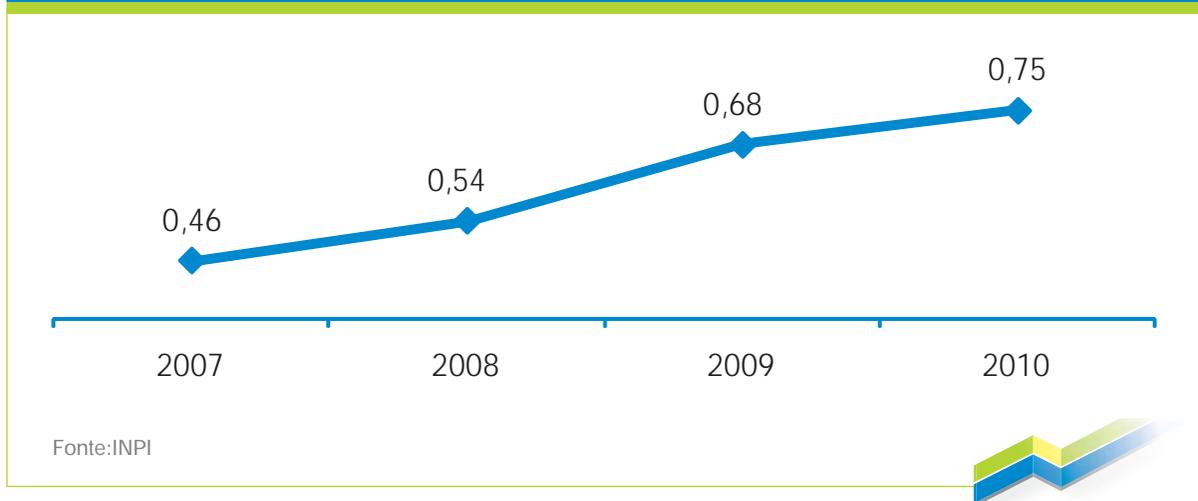


Além de reduzir os custos e simplificar os procedimentos, o sistema eletrônico contribui para a agilidade das decisões e para um mundo com menos papel e mais sustentável.

Desde a criação do e-Marcas, o índice de pedidos de registro de marcas via internet aumentou paulatinamente e ganhou maior impulso a partir de 2009, quando passou a ser concedido desconto de 25% para os pedidos pelo sistema e cujos depositantes optem pela especificação de produtos e serviços baseada em lista pré-definida da Classificação Internacional de Produtos e Serviços de Nice e em lista auxiliar desenvolvida pelo INPI.

Os números revelam o bom resultado gerado pelo e-Marcas:

## Porcentual de pedidos de depósitos de marcas feitos pela internet de 2007 a 2010



Em 2007, houve 105.320 pedidos de depósitos de marcas no INPI, sendo 48.442 pela Internet (46%) e 56.878 em papel (54%). Foram depositadas 123.794 marcas, em 2008: 66.534 por meio eletrônico e 57.260 em papel. Já em 2009 houve 111.724 pedidos: 76.374 pela Internet (68,4%) e 35.350 em papel (31,6%). O e-Marcas deve fechar 2010 com 75% do total de solicitações de depósitos de marcas ao Instituto.

O INPI também investiu na produção de conhecimento para auxiliar o público nacional e subsidiar as políticas públicas. No Portal ([www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br)) o usuário pode ter acesso a "Base de Patentes em Aniversário", na qual estão listadas as tecnologias que caíram em domínio público; e pode fazer pesquisas gratuitas de marcas, patentes e desenhos industriais.

Entre 2008 e 2009, foram publicados 28 "Alertas Tecnológicos", mostrando quais são as tecnologias, as empresas e os países que mais pediram patentes em determinados setores, como nanotecnologia, energia eólica e solar.

### Outros registros

Além de marcas e patentes, o INPI realiza outros registros, como de desenho industrial e programas de computador, que estão em alta nos últimos anos no Brasil.

O aumento da demanda pelos registros de desenho industrial mostra que a proteção do design está se tornando cada vez mais importante. De 2007 a 2008, as solicitações cresceram 18%, passando de 5.311 para 6.263. Em 2009, este índice ficou em 5.235 e, de janeiro a agosto de 2010, chegou a 3.903.

Já o registro de programas de computador garante segurança jurídica ao titular do programa e serve como requisito para licitações governamentais. De 2007 a 2008, os pedidos aumentaram 17%, de 686 para 802. Em 2009, este índice chegou a 898 e, de janeiro a agosto de 2010, estava em 645.

### Harmonização da política de propriedade intelectual

O INPI integra o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, presidido pelo

MDIC, com a Secretaria de Inovação do Ministério sendo responsável pela secretaria-executiva. O Grupo harmoniza as posições dos órgãos e entidades do Poder Executivo em matéria de direitos de propriedade intelectual e temas correlatos e na formulação e interação das políticas nacionais de propriedade intelectual.

A atuação do GIPI ocorre nas áreas de propriedade industrial, direitos de autor e direitos conexos (incluindo a proteção de programas de computador), cultivares, topografia de circuitos integrados, observância dos direitos de propriedade intelectual, concorrência desleal e acompanhamento das responsabilidades do Brasil junto a organismos internacionais como OMC, Mercosul e Organização Mundial da Propriedade Intelectual, entre outros



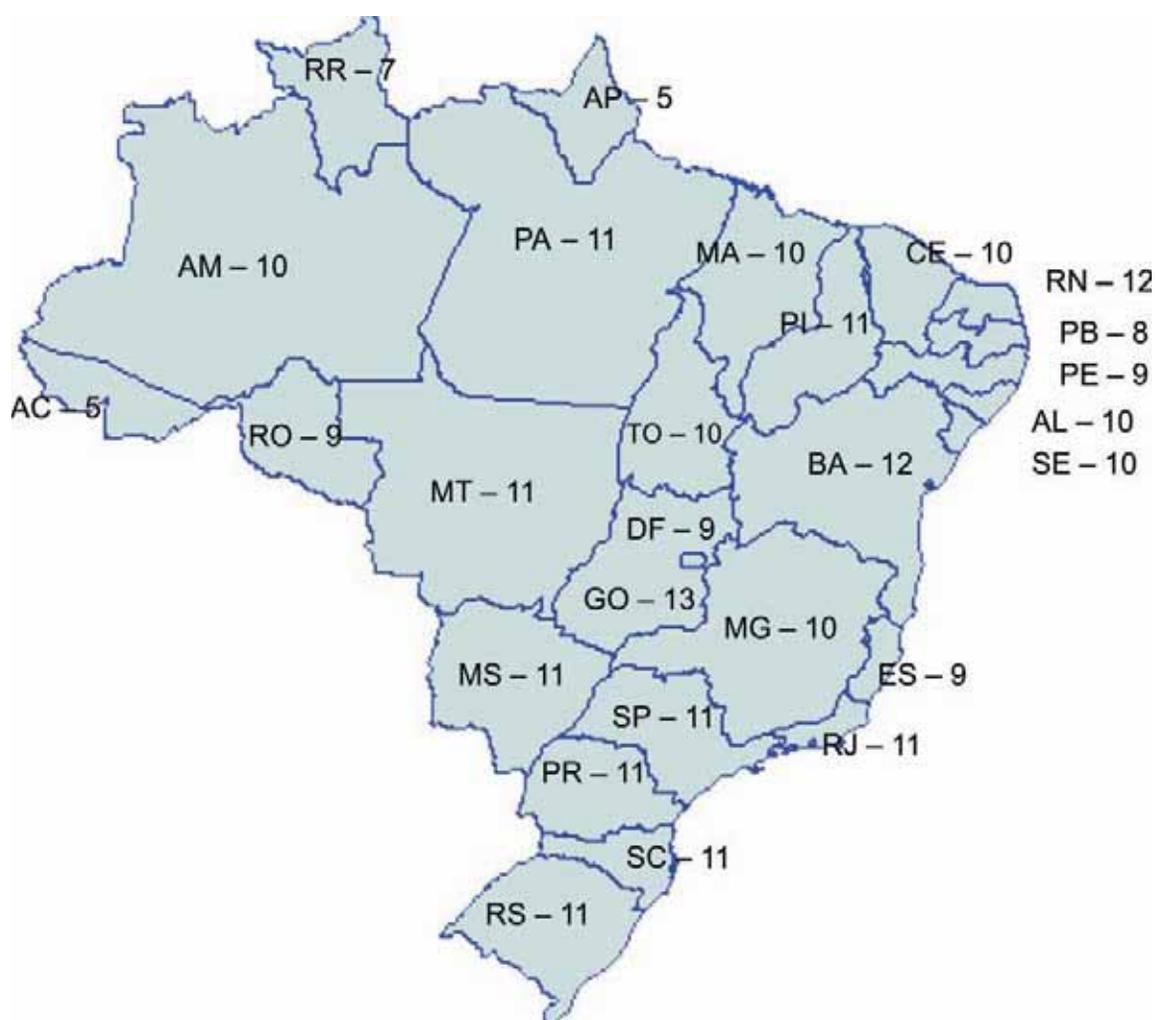
## REGIONALIZAÇÃO

Dentro dos destaques estratégicos da PDP, para que os benefícios da política alcançassem todas as regiões do País, o MDIC, por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Produção – SDP, coordenou o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP-APL, reunindo 33 organizações governamentais e não-governamentais de apoio aos aglomerados produtivos.

Os APLs são importantes para o desenvolvimento industrial nas várias regiões do país e incluem pequenas, médias e grandes empresas organizadas em torno de uma atividade produtiva predominante no território abrangido. Assim, os APLs contribuem para reduzir as desigualdades regionais, além de favorecer a desconcentração espacial da produção.

Já foram identificados no País 957 APLs, em diferentes estágios de desenvolvimento. Porém, atualmente, o GTP-APL foca sua atuação em 267 APLs prioritários, buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional.

### Número de APLs prioritários por Unidade da Federação



Fonte:SPD/MDIC

Os 267 APLs priorizados envolvem mais de dois mil municípios e cerca de 190 mil empreendimentos formais e 105 mil informais, que respondem por quase de 1,7 milhão empregos formais e 1,1 milhão de informais.

## Número de APL's prioritários por setor produtivo

SETOR	APLs	SETOR	APLs
Têxtil e Confeções	30	Artesanato	3
Madeira e móveis	30	Eletroeletrônica	2
Leite e derivados	21	Entretimento	2
Fruticultura/agroindústria	20	Floricultura	2
Piscicultura	14	Construção naval	2
Cerâmica	14	Carnes/bovinocultura e suinocultura	2
Agroindústria/outros	12	Extrativismo florestal	2
Ovinocaprinocultura	12	Fármacos	2
Tecnologia da informação	12	Biotecnologia	1
Apicultura	11	Malacocultura	1
Couro e calçados	11	Transformação plástica	1
Turismo	11	Gráficas	1
Mandiocultura/agroindústria	10	Petróleo e gás	1
Rochas	9	Aeroespacial	1
Metalmecânico	9	Fogos de artifício	1
Gemas e jóias	8	Resíduos recicláveis	1
Bebidas	8	<b>TOTAL</b>	<b>267</b>

Fonte: BNDES



Entre 2007 e 2010, as principais ações do MDIC para estimular o desenvolvimento econômico dos APLs foram:

- Ações de promoção comercial para MPEs organizadas em 25 APLs, localizados em sete estados, beneficiando cerca de 400 empreendimentos;
- Pesquisas de mercado voltadas para 17 APLs, com foco em produtos fabricados em cerca de 450 MPEs;
- Implantação do Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEx em 22 APLs, atendendo a cerca de cinco mil MPEs, que geram mais de 50.000 empregos diretos.

Foram desenvolvidas, ainda, inúmeras ações para a mobilização dos atores institucionais, como as Conferências Brasileiras de APLs, seminários de crédito e Inovação, além de encontros, oficinas e road shows.

### Processo produtivo básico

Outro importante mecanismo na política de desenvolvimento regional é o Processo Produtivo Básico – PPB. A utilização dos incentivos fiscais vinculados ao PPB é responsável pela permanência ou instalação, no Brasil, de muitos empreendimentos industriais, tanto no Pólo Industrial de Manaus – PIM, administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, ligada ao MDIC, como em outras localidades do País, por meio da Lei de Informática.

Os PPBs são estabelecidos por meio de Portarias interministeriais de competência do MDIC e do MCT. Para terem PPBs aprovados, as empresas devem cumprir etapas fabris mínimas para fabricar determinado produto como contrapartida aos benefícios fiscais recebidos.

Entre 2007 e novembro de 2010, foram publicadas 321 Portarias de PPB. Destas, 246 estavam relacionadas a bens industrializados no PIM e 75 a bens de informática. Esses números demonstram a diversidade de bens incentivados nas indústrias de Manaus, o que explica o forte crescimento industrial da região.

### Renapi

No foco da PDP para a regionalização, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, ligada ao MDIC, coordena ainda a Rede Nacional de Política Industrial – Renapi, que tem como principal atividade a construção e o acompanhamento de uma agenda de ações voltadas para fortalecer a estrutura produtiva regional e possibilitar o atendimento aos interesses e necessidades locais.

Desde o lançamento da PDP, foram instalados 18 núcleos estaduais Renapi de apoio à implantação de políticas industriais. Ao promover a descentralização da informação e o acesso aos instrumentos da política industrial, os núcleos Renapi são responsáveis por conquistas que contribuem significativamente para o desenvolvimento regional.

A Renapi se tornou um instrumento de disseminação e acesso aos instrumentos da PDP nos estados e municípios. A ABDI, por meio da Renapi, auxilia essas empresas em projetos para obtenção de crédito e organiza cursos de elaboração de projetos de inovação. São parceiros dessa iniciativa o BNDES e a FINEP, dentre outros órgãos.

## PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A produção sustentável também integra, de maneira significativa, a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, como um dos destaques estratégicos e por meio de programas de fomento à gestão ambiental sustentável de empresas e de cadeias produtivas.

Um deles é o Programa de Apoio a Projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – Pró-MDL, que apóia, com linhas de financiamento, investimentos em projetos com conteúdos científico e tecnológico que colaboram com o desenvolvimento limpo e sustentável.

O Pró-MDL foi implantado pelo MDIC e pela Finep e tem recursos alocados no Fundo de Desenvolvimento Limpo, operado pelo BNDES. Além de apoio financeiro, o Pró-MDL proporciona assistência gerencial para estruturar projetos.

O BNDES administra, também, o Fundo Tecnológico – FUNTEC, com recursos para projetos de energias renováveis, saúde e de redução de emissões de veículos e de plantas industriais.

Além disso, entre 2007 e 2010, o MDIC participou ativamente de diversos órgãos colegiados que tratam de questões ambientais, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, e desenvolveu várias ações para estimular o desenvolvimento limpo na indústria brasileira. As principais foram:

- Pesquisa Panorama do Mercado de Carbono no Brasil

A cada dois anos, o MDIC realiza, em parceria com a empresa de consultoria PriceWaterHouse Coopers, a pesquisa “Panorama do Mercado de Carbono no Brasil”, para traçar um perfil dos participantes do mercado de carbono, identificar barreiras ao aumento da oferta de projetos de MDL e discernir tendências para orientar a elaboração de políticas públicas sobre o tema.

- Incremento de uso de carvão vegetal renovável na siderurgia brasileira

O MDIC contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para conduzir estudo de subsídios junto à academia e ao setor privado para elaborar políticas públicas de incentivo à utilização do carvão vegetal sustentável, de florestas plantadas, a fim de promover a redução de emissões na produção siderúrgica brasileira, evitar o desmatamento de floresta nativa e incrementar a competitividade brasileira no contexto da economia de baixo carbono.

O estudo identificou a necessidade de se criar um estoque de florestas plantadas de cerca de dois milhões de hectares, até 2020, e de aumentar a eficiência do processo de carbonização da madeira como base da estratégia de aprimoramento da sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção de carvão vegetal para a termo-redução na produção de ferro-gusa no Brasil.

- Plano Setorial de Redução de emissões da Siderurgia

O MDIC coordenou, ainda, a elaboração de medidas para o cumprimento da meta voluntária de redução de 8 a 10 milhões de toneladas de gases de efeito estufa na indústria siderúrgica, assumida pelo Governo brasileiro na Conferência de Copenhague da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Clima – COP-15.

Para alcançar a meta, foi recomendado o uso de carvão vegetal renovável como insumo na produção de ferro-gusa, conforme as recomendações do estudo CGEE-MDIC.

## Polo Industrial de Manaus

Nesse contexto da produção sustentável, destaca-se o projeto da Zona Franca de Manaus – ZFM, onde está instalado o Polo Industrial de Manaus – PIM, administrado pela Superintendência da Zona Franca da Manaus – Suframa. O grande desafio da ZFM é manter o desenvolvimento sustentável da região, gerando benefícios econômicos, sociais, científicos, tecnológicos e ambientais à Amazônia.

O sucesso do modelo da ZFM ocorre porque o tipo de indústria ali presente não agride o meio ambiente e cria condições para preservar grande riqueza da região, a Floresta Amazônica.

Além disso, a oportunidade de emprego industrial, gerada pelo PIM, contribui para diminuir o extrativismo predatório, o que contribuiu para que o Amazonas seja o estado brasileiro com a maior preservação de sua cobertura florestal original, cerca de 98%.

O PIM é um dos mais modernos e pujantes da América Latina, com cerca de 600 empresas e mais de 100 mil empregos diretos, acumulando recordes de faturamento, produção e geração de renda.



## INTEGRAÇÃO PRODUTIVA COM AMÉRICA LATINA E CARIBE

A integração produtiva com a América Latina e o Caribe, com foco no Mercosul, também é um dos destaques estratégicos da PDP.

Nesse contexto, foi relevante a instalação de um escritório da ABDI na Venezuela, em 2008, e de um Centro de Negócios da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil, em Cuba, no mesmo ano.

Em 2009, o BNDES abriu escritório em Montevidéu, para promover investimentos de empresas brasileiras nos países do Mercosul.

Além disso, de 2007 a 2010, a ABDI promoveu ações de cooperação industrial com oito países da América Latina e do Caribe – Argentina, Bolívia, Cuba, Haiti, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela – e desenvolveu uma série de iniciativas no âmbito do Mercosul.

Entre as ações bilaterais, nesse período, destaca-se a elaboração, em parceria com a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI, de Santa Catarina, de um pré-estudo para o desenvolvimento do setor de confecção no Haiti. A ABDI apoiou, também, sete pré-projetos industriais na Venezuela, nos setores de válvulas, tubos e conexões de PVC, embalagens de vidro, latas, equipamentos de refrigeração, equipamentos para processar alimentos e montagem de placas de circuito impresso.

A ABDI promoveu, ainda, dois Encontros Empresariais Brasil-Uruguai, com foco na integração produtiva, para fortalecer as relações entre empresas brasileiras e uruguaias para realizarem negócios conjuntos, e apoiou 20 empresas brasileiras interessadas em investir em Cuba, nos setores de energia, fármacos, alimentos, móveis de aço, vidro, automotivo e proteína animal.

Em parceria com o MDIC, o BNDES e o Ministério de Indústria e Turismo da Argentina, a ABDI desenvolveu ações de integração produtiva, com rodadas de negócios, definição de projetos conjuntos e estruturação de planos de negócios entre empresas brasileiras e argentinas dos setores de petróleo e gás, autopeças, máquinas agrícolas, aeronáutica, madeira e móveis, linha branca, lácteos e vinhos.

No âmbito da integração produtiva no Mercosul, a principal realização foi a aprovação de dois projetos para financiamento pelo Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem: o “Programa de Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do Mercosul” e o “Projeto Mercosul de Qualificação e Integração de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás”.

## INTEGRAÇÃO COM A ÁFRICA

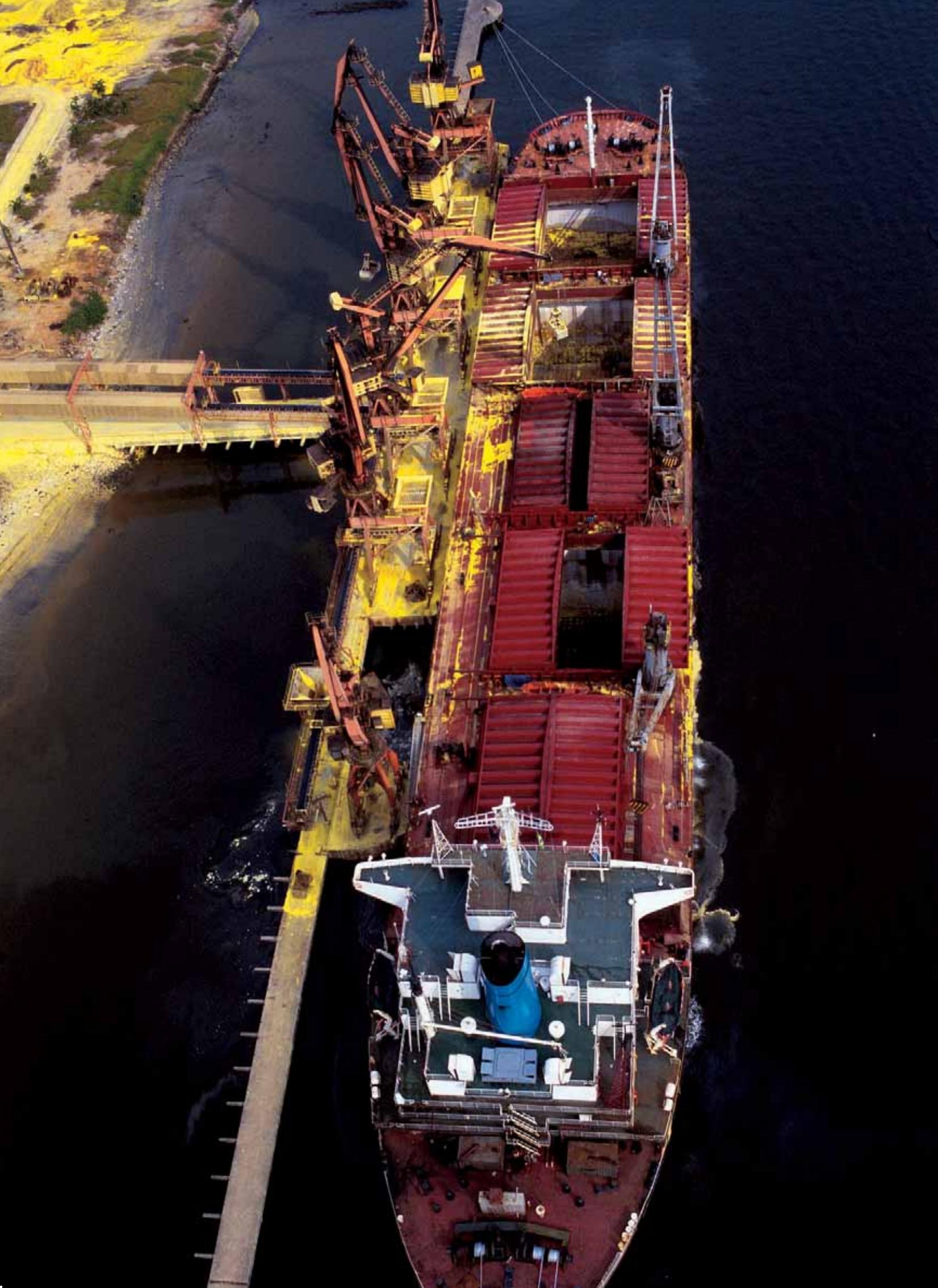
Seguindo a política do Presidente Lula de fortalecimento das relações do Brasil com os países africanos, a integração com a África, com foco na cooperação industrial, foi, também, incluída entre os destaques estratégicos da PDP.

Assim, as principais ações tiveram o objetivo de apoiar o desenvolvimento industrial dos países parceiros e a geração de oportunidades de negócios para o setor privado brasileiro.

Desde 2008, para cumprir essa importante meta da PDP, a ABDI realizou missões para onze países africanos: África do Sul, Angola, Argélia, Egito, Líbano, Libéria, Líbia, Mali, Marrocos, Moçambique e Tunísia.

Os principais resultados foram:

- O plano de trabalho acordado com o Ministério da Geologia e Minas e da Indústria de Angola e com o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique para elaborar pré-projetos industriais para a implantação de unidades fabris nesses países, em parceria com a Fundação CERTI.
- A 1ª Conferência Brasil-Angola, realizada em junho de 2010, em São Paulo, para apresentar aos empresários brasileiros as oportunidades e o ambiente de negócios em Angola e de iniciar negociações para investimentos e cooperações futuras;
- O Pré-estudo sobre os setores de processamento de mandioca, cana-de-açúcar e materiais de construção civil na Libéria, também em parceria com a Fundação CERTI.
- E o primeiro Laboratório de Investimento e Negócios Brasil-Egito, realizado em abril de 2010, no Cairo, para discutir oportunidades de negócios brasileiros no Egito.



# AMPLIAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

A PDP estabeleceu duas macrometas específicas na área de comércio exterior: ampliar a participação das exportações brasileiras para 1,25% das exportações mundiais e aumentar em 10% o número de micro e pequenas empresas exportadoras. Todos os órgãos do Governo Federal, que de alguma maneira intervêm no comércio exterior, participaram do esforço para tentar alcançá-las.

Nesse contexto, as medidas de cunho administrativo adotadas pelo MDIC contribuíram, significativamente, para adaptar sua estrutura às necessidades do setor produtivo exportador e para otimizar ações com economia de recursos orçamentários. Foram iniciativas que permitiram uma concentração dos trabalhos do Ministério na formulação e implantação das políticas de comércio exterior.

## Reestruturação da Secex

A Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do MDIC passou por uma ampla reestruturação administrativa, com a centralização de todos os seus departamentos na sede do Ministério, em Brasília, e com a criação de um novo Departamento de Normas e Competitividade.

Depois de muitos anos, algumas unidades administrativas do Departamento de Operações de Comércio Exterior – Decex e do Departamento de Defesa Comercial – Decom ainda operavam na cidade do Rio de Janeiro. Com a transferência para Brasília, em novembro de 2007, houve uma significativa economia anual de cerca de R\$ 50 milhões/ano gastos com pagamento de profissionais terceirizados, aluguéis, deslocamentos constantes de funcionários e despesas contratuais diversas.

A conclusão do processo de transferência dos órgãos do MDIC para Brasília facilitou os trâmites administrativos internos e melhorou a prestação dos serviços às empresas que operam com comércio exterior.

## Fortalecimento da Camex

Além disso, o MDIC é responsável por prestar apoio administrativo e prover os meios necessários aos trabalhos da Câmara de Comércio Exterior – Camex, integrada pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que a preside; da Fazenda; da Casa Civil; das Relações Exteriores; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e do Desenvolvimento Agrário.

As transformações do cenário externo ampliaram as responsabilidades e exigiram uma atuação mais intensa da Camex. Assim, a Secretaria-Executiva deste órgão teve sua estrutura fortalecida, com a ampliação do quadro de cargos para atender às crescentes demandas e a diversidade de projetos e assuntos que exigem decisões e posicionamentos do seu Conselho de Ministros.

A Camex, com o apoio dos Ministérios que a integram e de outros órgãos públicos, dedicou redobrada atenção aos temas relacionados ao aumento da competitividade, à ampliação de mercados para exportadores brasileiros, à facilitação de comércio e à defesa da indústria nacional.

Diversas medidas foram aprovadas e implantadas nos últimos quatro anos afetando diretamente as áreas de financiamento às exportações, defesa comercial, negociações internacionais na OMC e no Mercosul e desoneração dos investimentos, alterações tarifárias, entre outras.

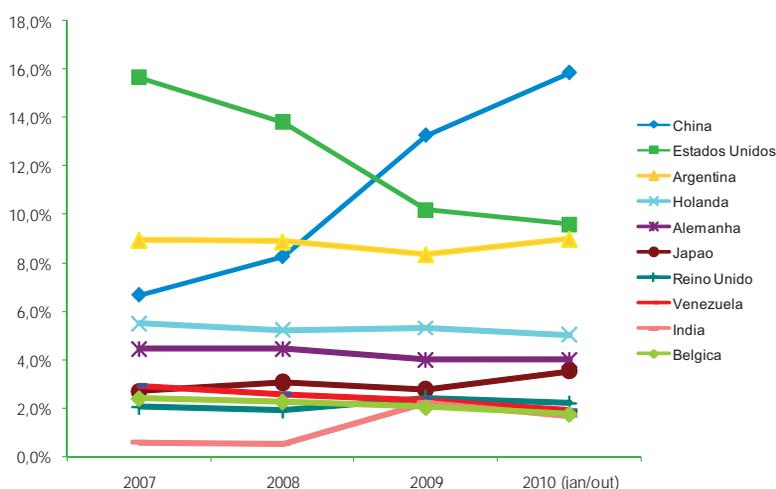
## BALANÇA COMERCIAL

Entre 2007 e 2010, o MDIC manteve o foco na meta do Governo do Presidente Lula de aumentar as exportações, por meio da diversificação de destinos e de produtos, principalmente para países não-tradicionais na América Latina e Caribe, África, Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental.

O período foi marcado pelo contínuo aumento da participação dos países em desenvolvimento como destino de nossas exportações. Em 2007, esse grupo de países representava 48,9% de nossas vendas externas, passando para 57,5%, de janeiro a outubro de 2010. Ao mesmo tempo a participação das exportações para países desenvolvidos caiu de 49,3% para 40,7%.

Essa inversão se confirma na análise da evolução da participação dos dez principais destinos das exportações brasileiras entre 2007 e outubro 2010.

### Evolução da participação dos dez principais destinos das exportações brasileiras



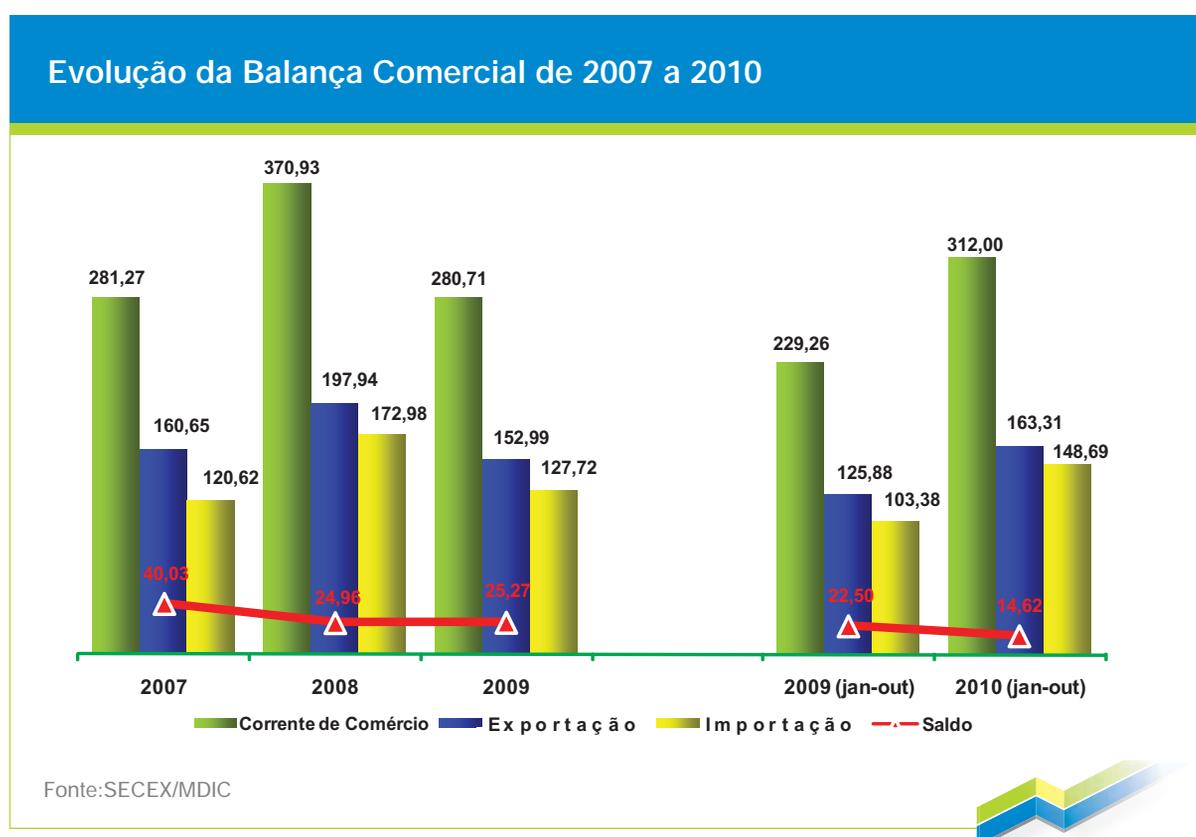
Fonte: SECEX/MDIC



A maior queda registrada foi na participação das exportações para os Estados Unidos, de 15,7% para 9,6%. O maior crescimento foi para a China, cuja participação passou de 6,7% para 15,8%.

### Corrente de comércio

A diversificação dos destinos das exportações, e também da origem das importações, foi determinante para aumentar a corrente de comércio registrada entre 2007 e 2010.



Em 2007, as exportações cresceram 16,6% em relação ao ano anterior e atingiram US\$ 160,6 bilhões. As importações chegaram a US\$ 120,6 bilhões, com crescimento de 32%. Desta forma, a corrente de comércio chegou a US\$ 281,2 bilhões e o superávit comercial a US\$ 40 bilhões.

Em 2008, as exportações cresceram 23,2% sobre o ano anterior, totalizando US\$ 197,9 bilhões. As importações cresceram 43,4% e atingiram US\$ 173 bilhões. A corrente de comércio somou US\$ 370,9 bilhões e o superávit US\$ 25 bilhões. As exportações, importações e corrente foram recordes históricos.

Em 2009, as exportações caíram 22,7% e ficaram em US\$ 153 bilhões. As importações caíram 26,2%, para US\$ 127,7 bilhões o que permitiu um leve crescimento do superávit para US\$ 25,3 bilhões, com corrente comercial de US\$ 280,7 bilhões.

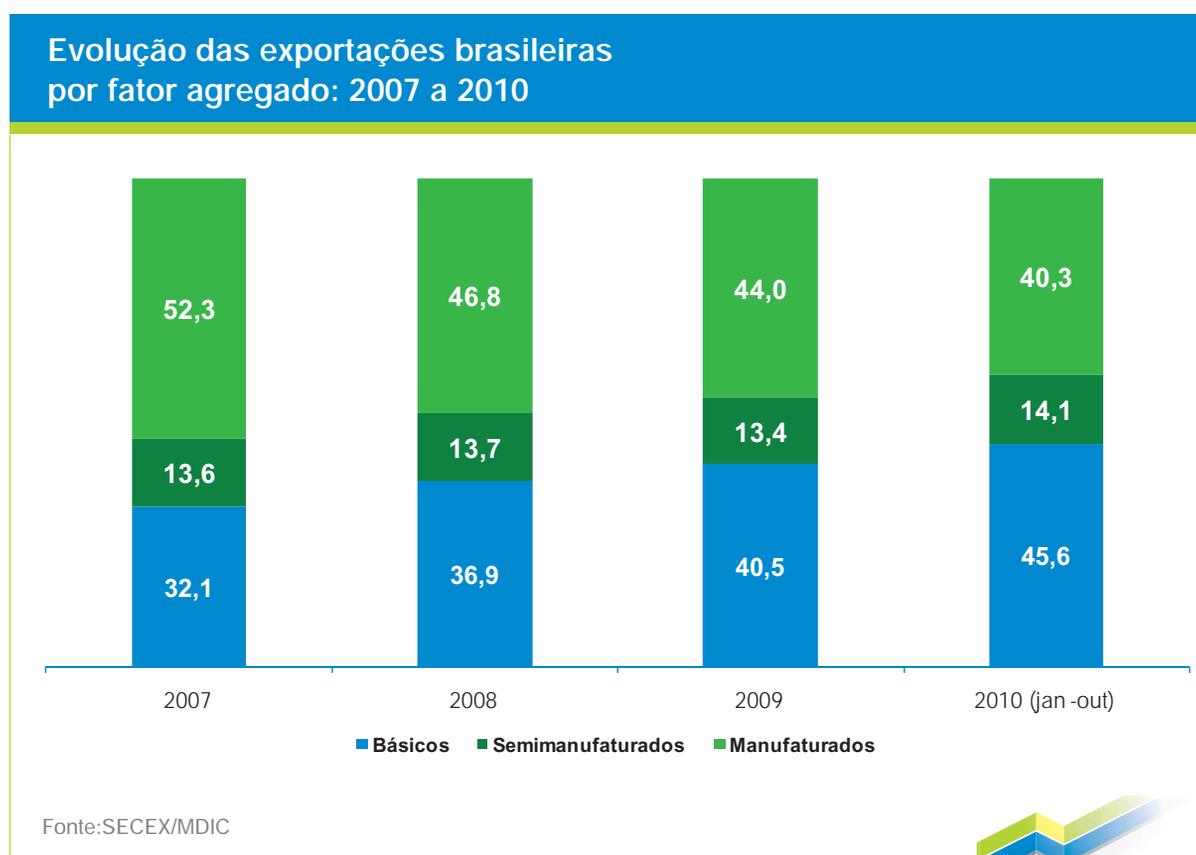
O desempenho de 2009 revelou que a trajetória de crescimento – mantida desde 2003, durante todo o governo do Presidente Lula – foi, momentaneamente, interrompida em função dos efeitos da crise, a partir do final de 2008, que afetou muito o comércio mundial e teve impactos significativos sobre o desempenho exportador de vários países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O desempenho de 2010 caracterizou-se pela retomada do comércio exterior brasileiro ao nível pré-crise. De janeiro a outubro, as exportações cresceram 29,7%, para US\$ 163,3 bilhões, enquanto as importações mostraram-se mais dinâmicas, com mais 43,8%, para US\$ 148,6 bilhões, em comparação com igual período de 2009. Com isso, a corrente de comércio chegou a US\$ 311,9 bilhões, um crescimento de 36,1%

Entre 2007 e outubro de 2010, o Brasil acumulou um superávit comercial de quase US\$ 105 bilhões.

### Exportação por fator agregado

Esses bons resultados da corrente de comércio revelaram, entretanto, também uma forte ampliação da participação de produtos básicos na pauta, nos últimos quatro anos, e queda da participação relativa dos manufaturados.



Em 2007, os produtos básicos representaram 32,1% do total exportado, e de janeiro a outubro de 2010, 45,6%.

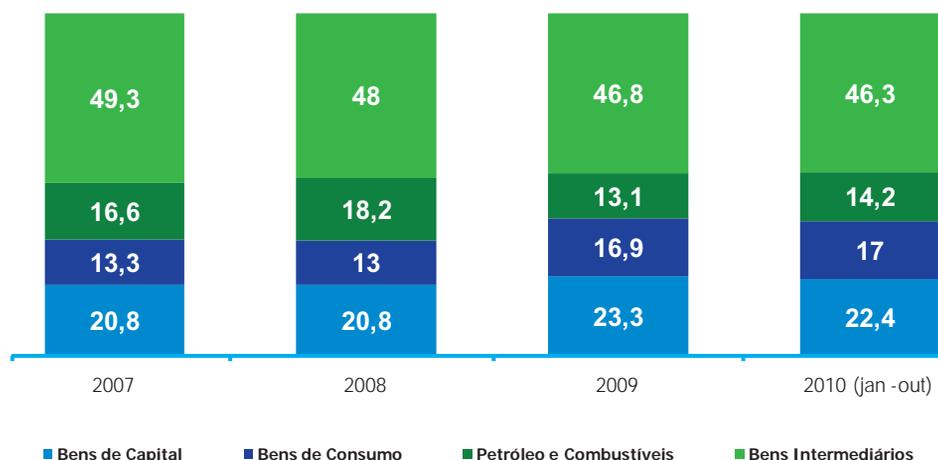
No mesmo período, enquanto a participação das exportações de produtos semimanufaturados permaneceu praticamente estável, a dos manufaturados, que em 2007 foi de 52,3%, ficou em 40,3% entre janeiro e outubro de 2010.

### Importações por categoria de uso

Com referência às importações brasileiras, o perfil das compras revela a participação destacada de bens intermediários e de bens de capital, que respondem por cerca de 70% do total importado pelo Brasil entre 2007 e de janeiro a outubro de 2010. Esse percentual demonstra a relevância das compras externas na sustentação do crescimento da economia e da modernização do parque industrial.

As aquisições de bens de consumo, por sua vez, ampliaram sua participação na pauta, de 13% para 17%, entre 2007 e outubro de 2010, refletindo, em grande parte, o grande aumento da renda e do emprego verificado nesses últimos anos.

### Evolução das importações brasileiras por categoria de uso: 2007 a 2010



Fonte: SECEX/MDIC



## PROMOÇÃO COMERCIAL

Nos últimos quatro anos, as atividades de promoção comercial, promovidas pelo MDIC e a Apex-Brasil, em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores e ativa participação do empresariado, possibilitaram um significativo apoio ao aumento das exportações, à atração de investimentos e à internacionalização das empresas brasileiras. A atuação conjunta entre o setor público e privado tornou viável o acesso a novos mercados e o estabelecimento de grandes oportunidades de negócios ao redor do mundo.

Entre 2007 e 2010, foram realizadas 103 viagens do ministro Miguel Jorge ao exterior. Em 57 delas, o ministro acompanhou o Presidente da República em visitas a 43 países. Nas outras 46 viagens, o Ministro visitou 35 países, para reunir-se com autoridades e empresários, participar de encontros econômicos, seminários e outros eventos.

### Missões Comerciais

Das 46 viagens do ministro, 10 foram grandes missões empresariais que visitaram 26 países.

Nessas missões foram realizadas rodadas de negócios entre representantes de empresas brasileiras e estrangeiras e várias reuniões do ministro com suas contrapartes e de representantes de outros órgãos do Governo Brasileiro com equivalentes daqueles países.



O Ministério, também, organizou, entre 2007 e 2010, 10 missões comerciais chefiadas pelo secretário-executivo, Ivan Ramalho, a 12 países: Ucrânia, Rússia, Turquia, Cazaquistão, Uzbequistão, Serra Leoa, Polônia, Hungria, República Tcheca, China, Chile e Canadá.

As missões lideradas pelo ministro e pelo secretário-executivo levaram os representantes de empresas de vários setores a mercados já consolidados e a destinos não-tradicionais. Assim, em acordo com a diretriz estabelecida pelo Governo do Presidente Lula, foi possível desconcentrar os fluxos de comércio e ampliar as exportações de bens e serviços para países em desenvolvimento de todos os continentes.

O Ministério das Relações Exteriores – MRE e a Apex-Brasil colaboraram, significativamente, na realização de todas essas missões.

### Missões comerciais em 2007

MÊS	MISSÃO	PAÍS	EMPRESAS BRASILEIRAS	ENCONTROS REALIZADOS	SETORES
	Venezuela	Venezuela	150	200	Alimentos, Autopeças, Bens de capital, Equipamentos médicos e medicamentos, Infraestrutura, Software, Logística, Têxteis e confecções, Calçados e Cosméticos

Fonte: ASSESORIA INTERNACIONAL/MDIC



## Missões comerciais em 2008

MÊS	MISSÃO	PAÍSES	EMPRESAS BRASILEIRAS	ENCONTROS REALIZADOS	SETORES
Março	Índia	Índia	53	75	Automotivo, Construção Civil, Logística, Aeronáutico, Energia, Eletrônico, Têxteis, Casa e Construção, Equipamentos Médicos e Odontológicos,
Outubro	Paraguai	Paraguai	21	50	Automotivo, Alimentos e Bebidas, Construção Civil, Calçados, Têxteis e Casa e Construção.

Fonte: ASSESORIA INTERNACIONAL/MDIC



## Missões comerciais em 2009

MÊS	MISSÃO	PAÍSES	EMPRESAS BRASILEIRAS	ENCONTROS REALIZADOS	SETORES
Janeiro	Norte da África	Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia	90	610	Alimentos e Bebidas, Eletro-eletrônicos, Telecomunicações, Defesa, Têxteis, Calçados, Automotivo, Aeronáutico e Energia
Junho	África Subsaariana	Gana, Guiné Equatorial, Senegal e Nigéria	85	779	Alimentos e Bebidas, Máquinas e Equipamentos, Têxteis, Calçados, Tecnologia da Informação, Defesa, Construção Civil, Energia
Julho	Cuba	Cuba	21	30	Alimentos e Bebidas, Energia, Agronegócio, Construção Civil, Aeronáutico, Tecnologia da Informação, Têxteis e Calçados
Agosto	América Latina	Panamá, Peru e Venezuela	87	947	Alimentos e Bebidas, Casa e Construção, Eletro-eletrônicos, Máquinas e Equipamentos, Energia, Defesa e Construção Civil
Novembro	Sul da África	África do Sul, Angola e Moçambique	86	857	Alimentos e Bebidas, Casa e Construção, Eletro-eletrônicos, Máquinas e Equipamentos, Energia, Têxteis, Higiene Pessoal e Cosméticos Defesa e Construção Civil

Fonte: ASSESORIA INTERNACIONAL/MDIC



## Missões comerciais em 2010

MÊS	MISSÃO	PAÍSES	EMPRESAS BRASILEIRAS	ENCONTROS REALIZADOS	SETORES
Abril	Irã, Egito e Líbano	Irã, Egito e Líbano	80	-	Alimentos e bebidas (carnes, frutas e sucos); casa e construção (metais não-ferrosos, produtos cerâmicos, obras de pedras); máquinas e equipamentos (produtos siderúrgicos, metalúrgicos, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos para exploração mineral, construção e agricultura); veículos automotores (autopeças e ônibus); infraestrutura; e aeronáutico
Dezembro	Emirados Árabes Unidos, Catar, Arábia Saudita e Kuwait	Emirados Árabes Unidos, Catar, Arábia Saudita e Kuwait	60	-	Alimentos e Bebidas, Casa e Construção, óleo e gás, infraestrutura, agronegócio, imobiliário, Máquinas e Equipamentos

Fonte: ASSESORIA INTERNACIONAL/MDIC



### Sistema de Registro de Informações de Promoção

Em 2007, o MDIC implantou o Sistema de Registro de Informações de Promoção – SISPROM para simplificar a obtenção de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda para pagamento de despesas com promoção comercial de produtos brasileiros no exterior.

A ferramenta auxilia na concessão dos benefícios a empresários que estejam realizando promoção comercial de seus produtos por meio de feiras e exposições no exterior. O SISPROM passou por ampla reformulação, e desde abril de 2009, o módulo simplificou o processamento das operações.

### Ações da Apex-Brasil

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil seguiu sua trajetória de modernização e consolidação de ações de promoção comercial, realizando múltiplas atividades no Brasil e no exterior. De janeiro de 2007 a outubro de 2010, essas ações envolveram 12.799 empresas, em diferentes estágios de internacionalização, de iniciantes, em preparo para exportação a empresas com estrutura de produção no exterior.

São empresas vinculadas a diversos setores da economia, trabalhados pela Apex-Brasil em seis grandes complexos produtivos: alimentos e bebidas, casa e construção civil, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos, entretenimento e serviços e moda.

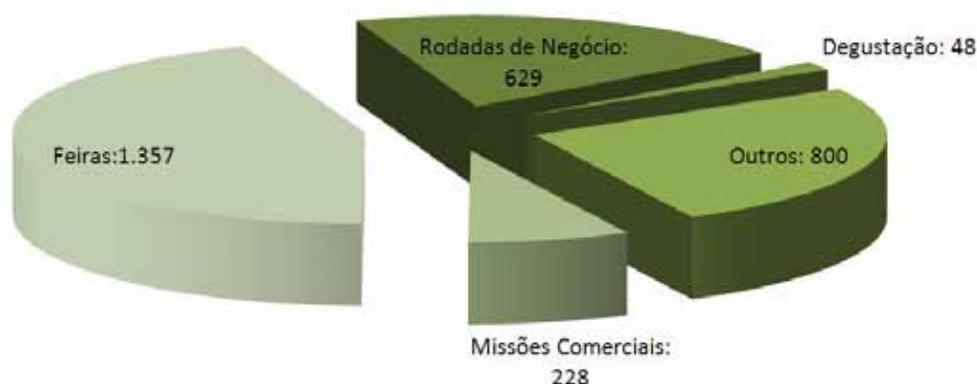


A Apex-Brasil reforçou o acesso das empresas aos mecanismos de promoção comercial, por meio de suas parcerias com o setor privado. Nesses quatro anos, houve um crescimento contínuo do número de Projetos Setoriais Integrados, executados com 80 entidades setoriais, e que dão acesso facilitado ao mercado internacional para as empresas, inclusive expondo marcas, produtos e serviços.

De 46 projetos apoiados em 2006, passou-se a 62 em 2007, a 66 em 2008 e a 79 em 2009. Até outubro de 2010, a Agência registrou 80 projetos, favorecendo diretamente a pauta de exportações do Brasil, com o consequente fortalecimento da economia.

Entre 2007 e 2010, a Apex-Brasil promoveu a participação de empresas brasileiras em mais de 3.100 eventos internacionais. Desse total, 1.357 foram feiras internacionais, 228 missões comerciais e 629 rodadas de negócios, entre diversos outros tipos de atividades de promoção comercial, que somaram mais 848 ações. Essas iniciativas foram realizadas em 74 países, incluindo o Brasil, que também sediou eventos internacionais de grande porte.

## Eventos APEX-BRASIL: 2007 a 2010



Fonte: APEX BRASIL

## Participação em feiras internacionais

Nestes quatro anos, a Apex-Brasil consolidou o trabalho de organização de pavilhões do Brasil em grandes feiras e eventos multissetoriais internacionais, com importante repercussão para a marca Brasil e com a geração de negócios significativos para as empresas brasileiras.

Entre esses eventos de grande porte no exterior, destacam-se a Feira de Anuga, na Alemanha e a SIAL – *Salón Internacional de l'Alimentation*, na França, ambas do setor de alimentos, a Big 5, do setor de construção civil, nos Emirados Árabes Unidos, e a Exposição Universal de Xangai – Expo-Xangai 2010.

A Anuga é uma das maiores feiras de alimentos e bebidas do mundo, realizada a cada dois anos, na Alemanha. A Apex-Brasil organiza a participação periódica de cerca de 120 empresas no evento, no qual circulam compradores de dezenas de países. Em 2009, os empresários brasileiros que participaram da Anuga fizeram sete mil contatos, com uma expectativa de negócios da ordem de US\$ 970 milhões.

A Apex-Brasil apoiou um número expressivo de empresas no SIAL, feria realizada na França, a cada dois anos, no mesmo formato da Anuga. Para esse evento, a Apex-Brasil realiza aprofundado estudo de inteligência comercial para identificar potenciais negócios.

Outro exemplo é a Big 5, uma das maiores feiras da construção civil do mundo, realizada, anualmente, em Dubai, com a participação de dezenas de empresas brasileiras. Em 2009, 37 empresas fecharam acordos de mais de US\$ 45 milhões.



Já na Expo-Xangai, entre maio e outubro de 2010, a participação brasileira teve como focos principais a ampliação da cooperação econômica com a China e a promoção da imagem do Brasil como destino turístico e de negócios. Para isso, a Apex-Brasil levou artistas brasileiros renomados, representantes de entidades setoriais e do poder público, além de empresários.

O pavilhão brasileiro foi construído numa área de 2.000 m<sup>2</sup> e usado como plataforma de negócios, debates, e para troca de idéias e disseminação de propostas. Durante os seis meses da exposição, a programação foi montada com a participação de 17 Ministérios e órgãos públicos, 20 governos estaduais e municipais, 10 entidades setoriais e cinco Federações de Indústria, além de empresas privadas.

A agenda de negócios teve 1.574 participantes, abrangeu encontros entre empresários brasileiros e chineses, seminários de apresentação de oportunidades de investimentos e de promoção de produtos agrícolas, rodada de negócios, workshop com operadores de turismo e atividades promocionais de imagem com formadores de opinião, entre outras ações.

A Apex-Brasil participou, ainda, de feiras multissetoriais, como a Expocomer, realizada anualmente no Panamá, país considerado porta de entrada para o mercado americano; a Filda, em Angola, principal parceiro comercial do Brasil na África; e a Fihav, em Cuba, além de outras, como a Foodex, feira também de alimentos que acontece no Japão e atrai compradores de toda a Ásia.

Em 2009, na esteira das ações de articulação, a Apex-Brasil assinou oito Acordos de Cooperação Técnica-institucional com agências de promoção comercial, de países como França, Estados Unidos e México. São mais de 40 memorandos de entendimento assinados pela agência com diferentes países.

#### Estratégia brasileira de exportação 2008-2010

Em setembro de 2008, o MDIC lançou a Estratégia Brasileira de Exportação 2008-2010 (EBE) para promover um crescimento forte e sustentado das exportações.

A EBE foi importante para ajudar a construir um consenso sobre a relevância do comércio exterior para o desenvolvimento do país e para melhorar a articulação entre os órgãos governamentais que atuam no comércio exterior.

A estratégia ajudou a integrar as políticas, programas e ações voltados para a exportação e foi também um importante instrumento para ordenar as prioridades da agenda de trabalho do Comitê Executivo de Exportações da Política de Desenvolvimento Produtivo. Ao promover a capacitação e o acesso à informação, e ao ampliar os mecanismos de concessão de apoio financeiro para exportações das pequenas empresas, a EBE reforçou, ainda, o papel do MDIC na difusão da cultura exportadora.

## DIFUSÃO DA CULTURA EXPORTADORA

Nesses últimos quatro anos, o MDIC atuou, intensamente, para difundir a cultura exportadora no país, sobretudo visando atingir as empresas de pequeno e médio porte, que podem explorar mais as oportunidades do mercado externo.

A Secretaria de Comércio Exterior manteve ações e programas e ofereceu ferramentas a essas empresas para facilitar sua inserção no mercado internacional:

- **Encomex:** entre 2007 e 2010 foram promovidas 28 edições dos Encontros de Comércio Exterior – Encomex em municípios de todas as regiões. Cerca de 23 mil pessoas e mais de seis mil empresas participaram dos eventos que reúnem especialistas para prestar informações, esclarecer dúvidas e treinar quem deseja exportar ou conhecer o comércio exterior.



- **Encomex Mercosul:** pela importância do fortalecimento das relações regionais entre os membros do Mercosul, em setembro de 2009, em Foz do Iguaçu (PR), foi realizada a primeira edição do Encomex Mercosul, com a participação das delegações da Argentina, Paraguai e Uruguai. A segunda edição do encontro aconteceu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2010, em Porto Alegre (RS).



- **Redeagentes:** entre as ações do Ministério na área de difusão da cultura exportadora, também se destacou o Programa Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior – Redeagentes, que oferece treinamento técnico aos empresários dos diversos estados e municípios. A partir de 2009, o evento passou a ser realizado em dois dias e a ter mais atividades, assumindo, também, o caráter de encontro de negócios. Entre 2007 e 2009, houve 25 Encontros do Redeagentes, com mais de 19 mil pessoas, em todo o país.



- **Aprendendo a Exportar:** entre 2007 e 2010, o Programa Aprendendo a Exportar foi uma

importante ferramenta para os empresários que se iniciaram na atividade exportadora aprenderem a registrar uma operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex. O programa oferece, também, um simulador de formação de preços e tem sido muito utilizado, principalmente, pelos setores de pescados, gemas e jóias, alimentos, artesanato, calçados, móveis, confecções, flores e plantas ornamentais, máquinas e equipamentos.



- **Vitrine do Exportador:** nos últimos quatro anos, o programa Vitrine do Exportador alcançou mais de 25 mil empresas, cadastradas numa espécie de catálogo de fornecedores brasileiros, com informações em Português, Inglês, Espanhol e Francês. O principal objetivo desta ferramenta é facilitar o contato inicial do importador estrangeiro para que ele possa conhecer os produtos e fornecedores brasileiros.

É importante citar o Portal do Exportador, o Radar Comercial e o sistema de Análise de Informações de Comercio Exterior – Aliceweb, que nos últimos anos, se consolidaram como fontes primárias e variadas, disponíveis na internet, com informações estatísticas e estratégicas do comércio exterior brasileiro.

## DEFESA COMERCIAL



Com o crescimento do comércio exterior, foram grandes os desafios da defesa comercial, nos últimos quatro anos. Entre 2007 e outubro de 2010, foram iniciados 94 procedimentos de defesa comercial e encerrados 82 casos, dos quais 62 com a aplicação de medidas de defesa comercial.

## Procedimentos de Defesa Comercial

Ano	Investigações abertas	Revisões abertas	Casos encerrados com aplicação de medidas	Casos encerrados sem aplicação de medidas
2007	14	5	20	2
2008	24	5	16	3
2009	9	10	19	10
2010*	24	3	7	2

Fonte: DECOM/MDIC

\* ATÉ OUTUBRO



Ao final de outubro de 2010, seguiam em análise pelo Departamento de Defesa Comercial – Decom 35 investigações abertas e 24 petições para a abertura de investigações de defesa comercial. Estavam em vigor 69 medidas de defesa comercial: 67 direitos antidumping, uma salvaguarda e uma medida compensatória.

Entre janeiro e setembro de 2010, o Brasil foi o segundo país que mais iniciou investigações de defesa comercial, segundo levantamento da OMC em parceria com a Organização das Nações Unidas e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

O Brasil abriu 24 dos 96 processos iniciados em todo o mundo, ficando atrás, apenas, da Índia. Entre 2007 e 2009, foi o terceiro país que mais abriu investigações.

De maneira inequívoca, esses dados expressam que o MDIC cumpriu seu dever institucional de defender a indústria nacional do ingresso de produtos estrangeiros em condições desleais de concorrência.

Atualmente, os direitos antidumping provisórios levam cerca de três meses para ser aplicados. A média para concluir uma investigação de processo de anti-dumping tem sido de dez a doze meses, contra quase dois anos do começo do governo Lula. Essa redução de prazos foi alcançada apesar de os processos terem se tornado mais complexos, com maior número de partes envolvidas e crescente judicialização.

### Investigações contra exportações brasileiras

Além do aumento pela demanda interna de defesa comercial, o período 2007-2010 foi caracterizado pelo elevado número de investigações abertas contra exportações brasileiras no exterior. O Departamento de Defesa Comercial acompanhou 55 investigações de defesa comercial contra produtos brasileiros, distribuídas geograficamente conforme tabela abaixo:

## Investigações de defesa comercial por país

País	Número de casos
África do Sul	3
Argentina	14
Austrália	1
Canadá	1
Chile	1
Colômbia	4
Costa Rica	1
EUA	7
Índia	5
Indonésia	1
México	3
Paquistão	1
Paraguai	1
Peru	1
República Dominicana	4
Rússia	4
Ucrânia	1
União Européia	2

Fonte: DECOM/MDIC



### Orientações sobre defesa comercial

Outro importante avanço no âmbito do Departamento de Defesa Comercial e reflexo da reestruturação administrativa da Secex foi a criação, em novembro de 2010, da Coordenação-Geral de Defesa da Indústria – CGDI.

O principal objetivo da implantação dessa nova coordenação foi criar um espaço de atendimento aos setores que sofrem com a concorrência de produtos importados e de orientação, para além da defesa comercial, sobre todos os instrumentos de política comercial disponíveis para sua defesa.

A CGDI atendeu a indústria brasileira, buscou avaliar cada caso, diagnosticar qual o instrumento mais adequado à respectiva demanda e encaminhá-la ao órgão responsável.

### Normas de defesa comercial

Nos últimos quatro anos, aumentaram muito as demandas dos órgãos administrativos, judiciais e da advocacia pública por subsídios para resolver contenciosos a respeito da aplicação de medidas de defesa comercial.

Já na área legislativa, a Secex trabalhou para aprovar normas que contribuíssem para a defesa da indústria contra fraudes e práticas desleais. Nessa área, se destaca o apoio técnico ao Projeto de Lei 4806/2001, em tramitação na Câmara dos Deputados, que

regulamenta as regras de origens não-preferenciais e a regulamentação das regras *anticircumvention*, por meio da Resolução nº 63/2010 da Câmara de Comércio Exterior – Camex.

#### Intercâmbio internacional na defesa comercial

Com relação às negociações internacionais, a Secex atuou no âmbito multilateral nas reuniões do Grupo Negociador de Regras da OMC e nos comitês pertinentes aos instrumentos de defesa comercial, no qual foram aprovados novos modelos de notificações para dar mais transparência ao uso de medidas de defesa comercial.

No âmbito bilateral, a Secex atuou no intercâmbio de informações com autoridades de defesa comercial de outros países. Nos últimos quatro anos, foram mantidos encontros de cooperação com funcionários governamentais do México, Ucrânia, Rússia, Argentina e União Europeia.

O seminário comemorativo dos 15 anos do Decom, em maio de 2010, também demonstrou o grau de competência do Brasil na área, quando o Departamento recebeu convidados de suas contrapartes dos Estados Unidos, União Europeia, Argentina e África do Sul, além do Presidente da Divisão de Regras do Secretariado da OMC, Johann Human.

## FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO

Entre 2007 e 2010, a Câmara de Comércio Exterior - Camex desenvolveu várias iniciativas de facilitação e desburocratização do comércio para atender uma das principais reivindicações dos exportadores e do setor produtivo: a simplificação das operações de comércio exterior com a redução de custos administrativos.

A Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior, coordenada pela Câmara de Comércio Exterior e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, foi uma das muitas iniciativas de desburocratização de procedimentos de comércio exterior. Os primeiros resultados dessa estratégia consistiram na elaboração, entre diversos órgãos do governo, de diversas medidas para simplificar as operações de comércio.

Por meio da Resolução nº 70/2007, o Conselho de Ministros da Camex estabeleceu o tema “Facilitação de Comércio” como prioritário e deu um passo importante para modernizar e revisar os procedimentos de controle do comércio exterior.

Criou-se o Grupo Técnico de Facilitação de Comércio – GTFAC na estrutura permanente da Camex, para dar maior articulação e coordenação às ações dos vários órgãos federais intervenientes no comércio exterior, propiciando redução de prazos, eliminação de burocracia e melhoria dos resultados dos controles governamentais sobre as operações de comércio exterior.

#### Grupo Técnico de Facilitação de Comércio

Nestes três anos do GTFAC, a Secretaria Executiva da Camex promoveu um grande número de reuniões interministeriais e desenvolveu trabalhos sobre as mais variadas vertentes em facilitação de comércio, com a participação de cerca de 40 órgãos do Governo Federal envolvidos com o comércio exterior, para tornar os trabalhos e exigências

legais mais céleres e inteligentes.

O GTFAC construiu um espaço de cooperação e diálogo técnico, o que resultou, entre outras medidas, na eliminação de anuências em trânsito aduaneiro, a criação do sistema de licenciamento instantâneo e a disponibilização aos anuentes de informações de controle do Sistema de Comércio Exterior – Siscomex.



### Modernização do Siscomex

Nos últimos anos, o MDIC atuou para modernizar os instrumentos de operacionalização do comércio exterior, para simplificar cada vez mais os procedimentos de exportação e importação. A principal frente de trabalho foi atualizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex, o mais avançado e sólido sistema de registros de exportações e importações do mundo.

Criado em 1992, o Siscomex é o principal instrumento de gerenciamento do comércio exterior. Totalmente informatizado, e que permite um fluxo único de informações, elimina controles paralelos, diminui o volume de documentos envolvidos nas operações e reduz custos para as empresas e órgãos envolvidos.

Com essa ferramenta, o Brasil foi o primeiro país a ter um sistema de registro de operações comerciais que, de forma ágil e segura, possibilita acompanhar as operações e a divulgação semanal das estatísticas de comércio exterior, com transparência, profundidade e confiabilidade. Em um único sistema, todas as operações são registradas e analisadas pelos órgãos gestores e anuentes no comércio exterior.

Mas ainda era necessário atualizar os módulos do Siscomex, para adaptá-lo às novas tecnologias da informação, tendo sido desenvolvido o novo formato do Siscomex Exportação Web, o Novoex, com interface mais simples e acessível pela internet, dispensando a necessidade de instalação de programas nos computadores dos usuários.

Estes, agora, podem digitar os dados diretamente na página do sistema na internet ou pela transferência eletrônica de dados. A nova versão, lançada em novembro de 2010, disponibiliza novos recursos, para facilitar e agilizar ainda mais o processo de exportação.

### Regulamentação das zonas de processamento de exportação – ZPE

Um dos objetivos do MDIC na formulação da PDP foi estruturar as Zonas de Processamento de Exportação – ZPE, cujas facilidades para aumentar as exportações são expressivas - nos países e regiões em que foram adotadas, tornaram-se, inegavelmente, uma forma de desburocratizar e impulsionar as exportações.

A Lei nº 11.508, de 2007, estabeleceu os benefícios tributário, cambial e administrativo das ZPEs, mas era preciso regulamentá-la e definir as competências do Conselho Nacional das ZPEs – CZPE, presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a quem está subordinado o secretário-executivo do conselho.

Menos de um ano depois do lançamento da PDP, o Presidente Lula assinou, em abril de 2009, o Decreto que regulamentou os aspectos relativos à criação e administração de ZPEs e os requisitos para instalar empresas voltadas para a produção de bens para exportação.

A regulamentação da legislação sobre ZPE foi um avanço importante para contribuir com o aumento das exportações brasileiras e uma medida que sinalizou, claramente, uma política efetiva de incentivo à criação e instalação de ZPEs nas mais diversas regiões do país.

O regime das ZPEs permite a acumulação com outros benefícios legais, como os previstos na SUDAM e SUDENE, que se referem à redução de Imposto Renda, isenção do IOF e possibilidade de usar fundos destinados ao desenvolvimento dessas regiões. Na região Centro-Oeste, por exemplo, há a possibilidade de usar recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Em 2010, foram criadas dez ZPEs.



Fonte: CZPE/MDIC

## FINANCIAMENTO E GARANTIA ÀS EXPORTAÇÕES

Cabe à Câmara de Comércio Exterior fixar diretrizes para a política de financiamento oficial das exportações de bens e de serviços, bem como para a cobertura dos riscos de operações a prazo, inclusive as relativas ao seguro de crédito às exportações.

Dentro da estrutura da Camex, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, tem a competência para analisar e deliberar sobre operações do Programa de Crédito à Exportação – Proex Financiamento, do Proex Equalização e do Seguro de Crédito à Exportação com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.

As políticas de financiamento e garantia às exportações implantadas pela Camex, no quadriênio 2007-2010, exerceram um papel relevante no apoio às exportações brasileiras. Por intermédio delas, o Governo Federal preencheu lacunas importantes que o mercado não quer, ou não pode ocupar.

Pode-se destacar:

- O financiamento pelo PROEX às exportações de micro, pequenas e médias empresas a taxas de juro competitivas;
- A garantia de crédito às operações de longo prazo, como em exportações de aeronaves e de obras de engenharia;
- A garantia às exportações destinadas aos países de elevado risco de crédito, mas de alto potencial de mercado.

Vale destacar que o apoio público às exportações, principalmente de manufaturados, foi essencial para reduzir os efeitos causados pela crise financeira.

Nas tabelas a seguir, verifica-se o valor da exportação alavancada pelo PROEX Financiamento e pelo PROEX Equalização, entre 2007 e 2010.

### PROEX Financiamento (em US\$ milhões)

	2007	2008	2009	set/2010
Valor da Exportação Alavancada	375,5	339,1	304,6	362
Desembolso	331,7	297,1	278,3	307,2

Fonte: BANCO DO BRASIL



## PROEX Equalização (em US\$ milhões)

	2007	2008	2009	Set/2010
Valor da Exportação Alavancada	4.035,60	4.602,60	3.999,70	2.948,4
Emissão de Títulos	183,6	180,4	157,8	92,5

Fonte: BANCO DO BRASIL



Exportações de serviços de engenharia para Angola, Argentina, Moçambique, Venezuela, República Dominicana e Chile se destacam entre as operações viabilizadas com garantia do Fundo.

Nesse contexto, é importante explicar que o Governo brasileiro tem se voltado para o continente africano, oferecendo cooperação técnica e ajuda humanitária para seu desenvolvimento sustentável. Assim, os laços comerciais com a África tem se intensificado, e as construtoras brasileiras vêm se destacando como grandes provedoras de serviços de engenharia para as obras de infraestrutura no continente.

Geralmente, essas exportações de serviços são acompanhadas por exportações de equipamentos e outras mercadorias brasileiras com garantia do FGE, gerando emprego e renda no Brasil. Além disso, a cooperação técnica na área de biocombustíveis e de alimentos abre novas perspectivas de negócios para as empresas brasileiras.

## Exposição FGE - Países Africanos (em US\$ milhões)

	Valores Cobertos 2007	Valores Cobertos 2008	Valores Cobertos 2009	Valores Cobertos 2010
África do Sul	-	-	40.415.610	40.234.038
Angola	967.098.035	1.669.817.179	2.088.936.207	2.476.415.999
Gana	-	-	250.000.000	595.837.464
Moçambique	-	-	300.000.000	300.000.000
Tunísia	-	35.839.582	34.200.000	-

Fonte: SBCE



No setor aeronáutico, a garantia do FGE para as operações de exportação da Embraer foi fundamental para efetivar contratos no período mais agudo da crise financeira, entre setembro de 2008 e dezembro de 2009. O FGE garantiu mais de US\$ 3 bilhões em operações da empresa nesse período. Isso permitiu à Embraer não só manter suas vendas como também explorar mercados não-tradicionais, de risco mais elevado.

## Exposição FGE - Fora do CCR (em US\$ milhões)

	Valores Cobertos 2007	Valores Cobertos 2008	Valores Cobertos 2009	Valores Cobertos 2010
Transporte Aéreo de Passageiro	1.516.586.625	1.187.599.491	3.257.335.938	2.847.867.579

Fonte: SBCE

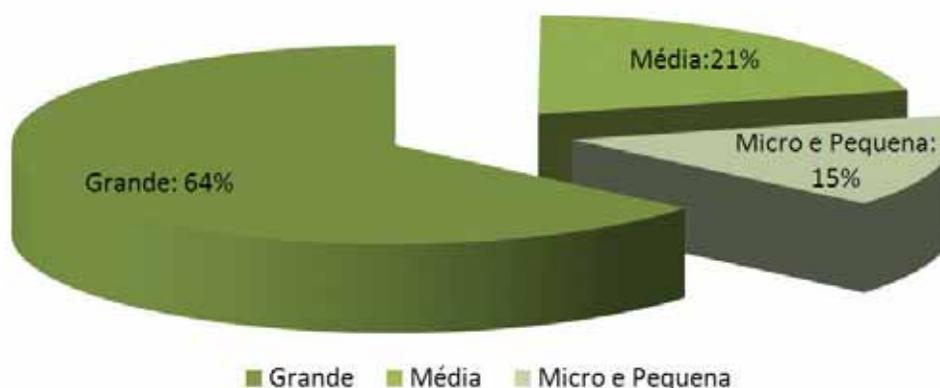


Outras medidas importantes foram tomadas em relação ao financiamento das exportações de micro, pequenas e médias empresas, entre 2007 e 2010.

Como resposta à crise no crédito à exportação, em fevereiro de 2009, a Camex autorizou a elevação do limite de faturamento anual das empresas elegíveis ao PROEX-Financiamento de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões. Assim, as médias empresas passaram a ter acesso ao programa.

Por fim, para eliminar de uma vez o maior entrave do acesso ao crédito à exportação, foi criada a apólice de garantia de crédito pelo FGE nas operações de micro e pequenas empresas, com prazos inferiores a dois anos.

## PROEX Financiamento: participação nas exportações por porte de empresas em 2007

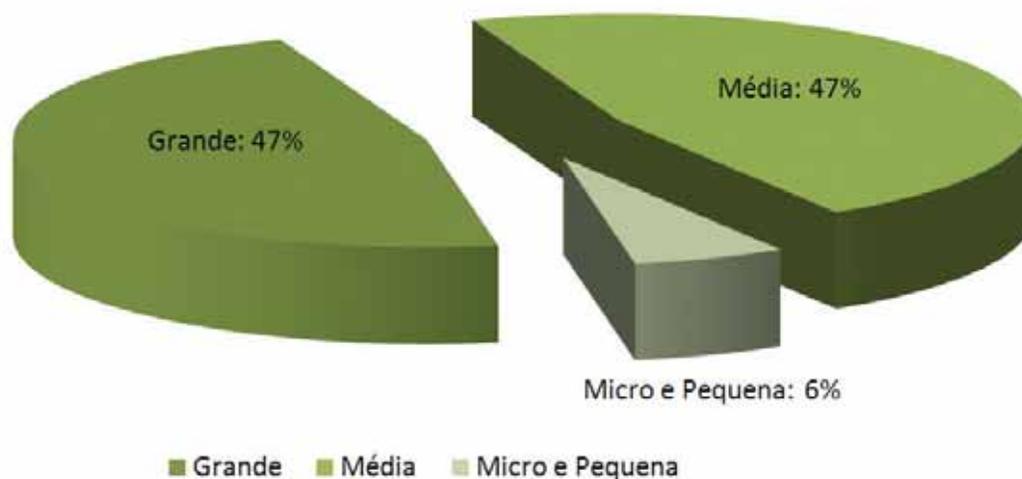


Fonte: BANCO DO BRASIL

\* DADOS DE 2010 ATÉ SETEMBRO



## PROEX Financiamento: participação nas exportações, por porte de empresas em 2010



Fonte: BANCO DO BRASIL  
\* DADOS DE 2010 ATÉ SETEMBRO



### Linhas de financiamento do BNDES

Já no âmbito do BNDES, os financiamentos de exportações de bens e serviços brasileiros podem ocorrer tanto na fase pré-embarque (produção no Brasil) como na fase pós-embarque (comercialização no exterior). O objetivo da atuação do Banco é financiar a comercialização, no exterior, de bens e serviços essencialmente brasileiros.

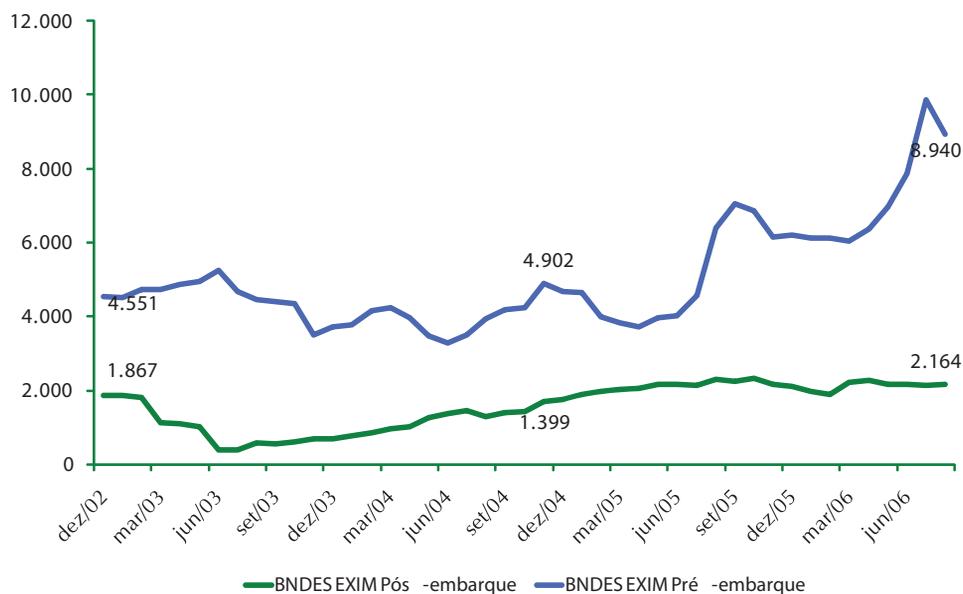
Não há remessas de divisas do Brasil ao exterior, e entre os itens financiáveis, incluem-se, exclusivamente, produtos de alto valor agregado, como bens de capital, máquinas e outros produtos manufaturados e serviços sofisticados associados à exportação de bens, serviços de engenharia/construção civil e softwares, por exemplo.

As linhas de financiamento mais conhecidas são o BNDES Exim Pré-embarque, o BNDES Exim Pré-embarque Ágil, o BNDES Exim Pré-embarque Especial, o BNDES Exim Pré-embarque Empresa Âncora, o BNDES Exim Pré-embarque Automóveis e o BNDES Exim Pós-embarque que é um refinanciamento ao exportador.

Os desembolsos das linhas pré-embarque e pós-embarque, de 2007 aos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2010, cresceram 165%.

Até setembro de 2010, as liberações para financiamentos a operações de pré-embarque somaram US\$ 8,9 bilhões e para pós-embarque, US\$ 2 bilhões, destinados, principalmente, à comercialização de aeronaves e exportações de bens e serviços brasileiros para países da América Latina e Caribe.

## Desembolsos do BNDES para apoio a exportações, nas linhas EXIM Pós-embarque e Pré-embarque

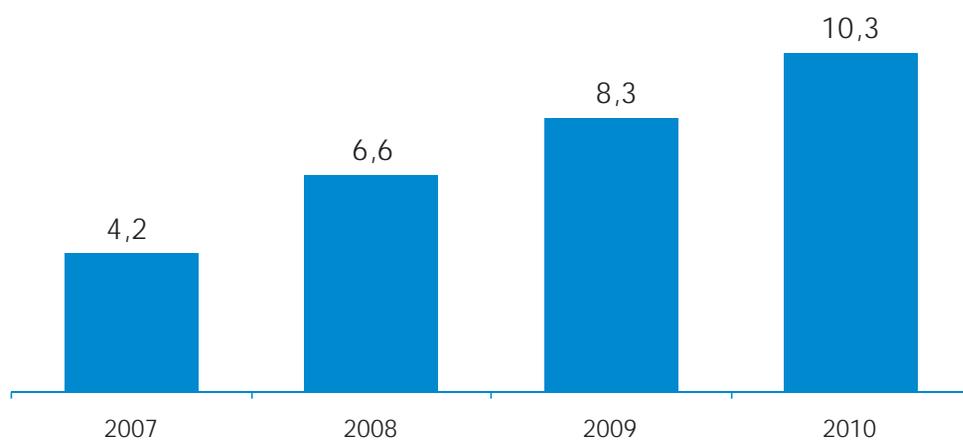


Fonte: BNDES

Além dessas linhas, há programas direcionados à exportação, como o PROSOFT – Exportação, para financiamento à exportação de software e serviços de TI nacionais nas fases pré-embarque e pós-embarque; e o PROFARMA – Exportação, que é o financiamento à exportação de bens e serviços nacionais, inseridos no complexo industrial da saúde, nas fases pré-embarque e pós-embarque.

De 2007 a outubro de 2010, os desembolsos de todas as linhas do BNDES de financiamento a exportação cresceram 145%, de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 10,3 bilhões.

## Desembolsos do BNDES para apoio a exportações



Fonte: BNDES

## DESONERAÇÃO

Para tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional, e assim, incentivar as exportações, o MDIC ampliou a utilização do sistema informatizado para controle das operações do Drawback, regime que consistiu, originalmente, em desonerar os impostos nas importações de insumos vinculados à exportação de itens acabados.

O sistema Drawback Eletrônico opera em módulo próprio, associado ao SISCOMEX, o que permite o controle ágil e simplificado dessas operações. Em 2008, foi lançado o Drawback Suspensão Web, e posteriormente, regulamentado o Drawback Verde Amarelo, que suspendeu, no âmbito das primeiras medidas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, tributos federais para a compra de insumos nacionais destinados à produção de bens exportáveis.

### Drawback integrado

Já em 2009, dando continuidade à modernização dos mecanismos de incentivo às exportações brasileiras, foi lançado o Drawback Integrado, com base na internet, permitindo que empresas nacionais usufruam da suspensão de tributos na importação, e - mais importante ainda - nas compras no mercado interno, de maneira combinada ou não.

O novo regime ainda poderá ser aplicado sobre aquisições de insumos empregados ou consumidos no processo produtivo. Esse sistema, o mais avançado tecnologicamente do grupo SISCOMEX, permite que seus usuários atendam todas as etapas do processo – aprovação do Ato Concessório, importações com suspensão total dos tributos, compras no mercado interno com suspensão dos tributos federais, exportações correlacionadas e comprovação final do compromisso – sem qualquer intervenção de técnicos do governo.

Em 2009, dos US\$ 153 bilhões exportados pelo Brasil, cerca de US\$ 37 bilhões são atribuídos às exportações com amparo do regime de Drawback, perfazendo 25% do total de mercadorias enviadas ao exterior.

De 2007 a 2009, a parcela de exportações sob regime Drawback manteve-se entre 25% e 30%. Em 2010, até outubro, as exportações sob o amparo de drawback alcançaram US\$ 39,8 bilhões, ou 22,8% das exportações. Com a ampliação do regime, espera-se que, nos próximos anos, a participação do Drawback nas exportações brasileiras aumente ainda mais.

### Importação de bens de capital usados

Com o crescimento da economia nos últimos anos, os investimentos da base produtiva em importações de bens de capital usados aumentaram, e sua entrada é permitida quando não há produção nacional de bens similares.

Diante desse contexto, uma medida do MDIC de simplificação dos procedimentos e adaptação à nova conjuntura de mercado foi a dispensa da apresentação de laudo técnico na importação de bens de capital para modernização dos parques fabris, implantada a partir de março de 2009. Isso deu mais transparência ao processo, bem como a disponibilização da consulta pública por meio da página do Ministério na internet.

## ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Na atração de investimentos, nos último quatro anos, o MDIC atuou, principalmente, por meio a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento – Renai, instalada na Secretaria de Desenvolvimento da Produção – SDP. A Renai fornece ao potencial investidor estrangeiro informações úteis ao processo de tomada de decisão, apóia as estruturas federais e estaduais no desenvolvimento de atividades voltadas à promoção de inversões produtivas e articula medidas de facilitação de novos empreendimentos no país.

Nos últimos anos, a Renai recebeu diversas delegações estrangeiras de empresas interessadas em investir no Brasil e realizou, também, seminários no exterior para promover investimentos no País. Constantemente, a Renai atualiza um banco de dados de anúncios de investimentos, que funciona como termômetro para analisar o “clima” do investimento no país.

### Gerência de investimentos da Apex-Brasil

A partir de 2008, também ganhou força a participação da Apex-Brasil na atração de investimentos externos, com a reestruturação da Gerência de Investimentos. O foco dessa nova área da Agência passou a ser a atração de investimentos que contribuam com os objetivos da PDP. As ações envolveram identificar oportunidades de negócios, promover eventos e apoiar o investidor estrangeiro durante todo o processo decisório de investimento no Brasil.

Os eventos de atração de investimentos foram realizados no Brasil e no exterior e moldados para divulgar o país como um ambiente seguro e propício para fazer negócios. Em 2009, também foram iniciadas ações de marketing direto e apresentações e encontros individuais com investidores. Além disso, entre 2008 e 2010, a Gerência de Investimentos da Apex-Brasil fez 233 atendimentos a potenciais investidores de mais de 40 países, interessados em investir em diversos setores da indústria e de serviços.

Assim, desde 2008, a Agência atuou na instalação do novo centro de pesquisa da IBM, com investimentos da ordem de US\$ 250 milhões; da nova fábrica da Research In Motion – RIM, empresa que produz os telefones inteligentes Blackberry; do quinto centro de pesquisa e desenvolvimento da General Electric – GE no mundo; e do Centro Global de Desenvolvimento de TI de excelência da HCL Technologies, para servir de base de clientes em crescimento na América Latina.

## NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Para ampliar o acesso dos produtos brasileiros aos principais mercados dos países desenvolvidos, em bases não-recíprocas, o MDIC desenvolveu um esforço contínuo para aproveitar as oportunidades do Sistema Geral de Preferências – SGP, que privilegia a países em desenvolvimento.

No Brasil, as atividades relacionadas à administração do SGP são exercidas pelo Departamento de Negociações Internacionais da Secex/MDIC, com apoio do Ministério das Relações Exteriores.



De 2007 a outubro de 2010, foram iniciados 803 processos de verificação de origem no âmbito do SGP, sendo 238 analisados em 2007; 196, em 2008; 152, em 2009; e 217, até outubro de 2010.

O país que mais solicitou abertura de processo de verificação de origem nesse período foi a Espanha, com 231 pedidos; seguida pela Federação Russa, com 98; França com 88; Itália com 83; Portugal e Alemanha com 56; Irlanda com 32; Bélgica com 27; Suíça com 26; Reino Unido com 16; Hungria com 14; Holanda com 12; Grécia com 10, vindo abaixo outros 15 países com menos de 10.

Ao atingir mais de 99% de sucesso nos resultados desses processos, o MDIC prestou considerável contribuição à defesa dos interesses econômicos dos exportadores brasileiros e à melhora do acesso de produtos com preferência nos mercados da União Europeia, Japão e Rússia, entre outros.

Esse resultado se deve ao esforço para melhorar a qualidade das informações prestadas aos países, em relação às quais o nível de satisfação dos países outorgantes se reflete no decréscimo gradual de processos abertos entre 2007 e 2009.

Por meio desses sistemas de preferências, os produtos brasileiros importados pela União Europeia, com o benefício do SGP deixaram de pagar, em 2007, 2008 e 2009, respectivamente em torno de € 244 milhões, € 247 milhões e € 158 milhões em direitos alfandegários, totalizando cerca de € 649 milhões no período.

## Importações da União Europeia procedentes do Brasil (€)

Importações da União Europeia procedentes do Brasil (€)			
Regime de Importação	2007	2008	2009
Importações no âmbito do SGP	4.742.711.284	4.860.125.028	3.150.216.495
Importações totais	32.727.045.708	35.785.673.521	25.525.462.772
Importações da EU provenientes do Brasil	14,50%	13,60%	12,30%
Impostos que deixaram de ser pagos devido aos benefícios do SGP	244.535.603	246.893.742	158.187.548
Percentual dos impostos não pagos no total do valor importado no âmbito do SGP	5,15%	5,07%	5,02%

Fonte: EUROSTAT



Os produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos com o benefício do SGP em 2007, 2008 e 2009, respectivamente, deixaram de pagar em torno de US\$ 126 milhões, US\$ 101 milhões e US\$ 72 milhões, totalizando cerca de US\$ 299 milhões no período, em direitos alfandegários.

## Importação dos Estados Unidos procedentes do Brasil (US\$)

Importações dos Estados Unidos procedentes do Brasil (US\$)			
Regime de Importação	2007	2008	2009
Importações no âmbito do SGP	3.426.837.891	2.753.752.311	1.977.767.669
Importações totais	25.017.712.640	30.060.662.408	19.612.043.030
Importações dos Estados Unidos provenientes do Brasil	13,70%	9,16%	10,08%
Impostos que deixaram de ser pagos devido aos benefícios do SGP	125.726.209	100.971.088	71.753.792
Percentual dos impostos não pagos no total do valor importado no âmbito do SGP	3,67%	3,67%	3,63%

Fonte: USITC



## Integração no Mercosul

Nos últimos quatro anos, foi importante a contribuição do MDIC nas negociações que, em 2010, aprovaram a Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum – TEC e a distribuição da renda aduaneira no Mercosul.

O Ministério também foi atuante na elaboração do texto e nas negociações que aprovaram o Código Aduaneiro do Mercosul.

No âmbito deste bloco, o MDIC, em conjunto com a iniciativa privada, atuou no sentido de estabelecer os denominados Regimes Comuns Especiais de Importação. Esses regimes são fundamentais para permitir maior integração produtiva entre os Estados Parte e gerar um fortalecimento regional na vinculação com outros blocos econômicos e países, tendo em conta as assimetrias observadas nas estruturas econômicas e no grau de desenvolvimento tecnológico.

O MDIC atuou na aprovação, em 2010, da resolução para modificar a Nota de Tributação da TEC do Setor Aeronáutico, para incluir 556 novas partes e peças destinadas à fabricação, reparação, manutenção, transformação e industrialização de aeronaves. O trabalho foi realizado pela Secex/MDIC, com auxílio da Embraer e da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil - AIAB, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva do setor.

Ao longo dos últimos quatro anos, a Secex/MDIC efetuou, ainda, a análise de aproximadamente 300 pedidos de alteração tarifária, para os quais foram elaborados pareceres técnicos requeridos à fundamentação do posicionamento brasileiro defendido no Mercosul.

Em decorrência da aprovação dos pedidos sobre os quais o Mercosul alcançou acordo, o bloco efetuou mais de 130 modificações de tarifa e nomenclatura. Destes, aproximadamente 40% se referem a elevações de alíquotas da TEC, para fins de estabelecer proteção tarifária a produções iniciadas no âmbito regional.

As reduções de alíquota de importação para determinados tipos de insumos e equipamentos não-produzidos regionalmente, destinadas a diminuir custos de produção e reforçar a competitividade da economia brasileira e dos sócios, representaram cerca de 50% das solicitações.

Por fim, as demais modificações, que respondem por 10% das demandas, referem-se a alterações de nomenclatura efetuadas para melhorar a qualidade dos dados estatísticos e de controle aduaneiro, especialmente nas operações de importação.

### Integração com a América Latina

No âmbito da Associação Latino Americana de Integração – ALADI, as Comissões de Monitoramento do Comércio Bilateral, coordenadas pelo MDIC, serviram como foro de facilitação para múltiplas questões pontuais de interesse do Brasil junto aos mercados de Argentina, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, entre outros.

Foram incorporados ao Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile (ACE 35) produtos provenientes de zonas francas e concluídas as negociações do protocolo relativo ao primeiro acordo de serviços celebrado pelo Brasil, fora do Mercosul. Além disso, foram iniciadas negociações bilaterais entre Brasil e Chile em matéria de investimentos e estuda-se a possibilidade de um acordo de compras governamentais.

No que se refere ao Acordo de Complementação Econômica Mercosul/Colômbia/Equador/Venezuela (ACE 59), o Brasil concedeu livre comércio para a maioria dos produtos importados do Equador.

Já as negociações Mercosul-Colômbia em serviços avançaram significativamente. A expectativa é de que um futuro acordo no tema permita trocas e prestações mais abrangentes de grande interesse entre as partes, como serviços de telecomunicações, engenharia, distribuição, financeiros, entre outros.

O MDIC, por intermédio da Secex, também participou ativamente, nos últimos anos, das negociações para a aproximação estratégica com o México, para negociar um amplo acordo de livre comércio compatível com o tamanho e as possibilidades de cooperação e intercâmbio entre as economias dos dois países.

### Reuniões Bilaterais

O MDIC também buscou implantar e aprofundar mecanismos bilaterais com parceiros importantes em nível extra-regional, entre eles: Estados Unidos, França, Alemanha, Rússia, China, Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Ucrânia, Índia, Marrocos, Moçambique e África do Sul, entre outros.

Para discutir eventuais entraves ao comércio e melhorar a corrente comercial e de investimentos entre o Brasil e esses países, foram realizadas, nos últimos quatro anos, reuniões bilaterais para tratar de promoção comercial de bens e serviços, atração de investimentos, redução de barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, propriedade industrial, metrologia e cooperação tecnológica e industrial.

Foram obtidos resultados importantes, como o avanço nas negociações para autorização de importação de carne suína pelo Japão e pela Coreia do Sul, a concessão de quota de açúcar pela Ucrânia e a isenção de tarifas para a importação de óleo de soja pela Índia.

### Acordos bilaterais

No período de 2007-2010, o MDIC celebrou 22 acordos de cooperação extra-regionais, dos quais 15 assinados com países em desenvolvimento, em áreas como cooperação industrial, promoção de comércio e investimentos, bem como para a criação conjunta de mecanismos de monitoramento de comércio entre o Brasil e vários de seus parceiros.

#### Acordos de Cooperação Assinados em 2007

Acordo	País	Signatário
Memorando de entendimento na área de cooperação tecnológica empresarial, comércio e investimentos	Nicarágua	MDIC/MRE
Mecanismo de consultas de informações brasil-nicarágua	Nicarágua	MDIC/SCS
Memorando de entendimento entre mdic e secretaria nacional de c&t do panamá	Panamá	MDIC
Memorando de entendimento sobre cooperação bilateral em pesquisa e desenvolvimento industrial no setor privado	Israel	MDIC

Fonte: ASSESSORIA INTERNACIONAL/MDIC



## Acordos de Cooperação Assinados em 2008

Acordo	País	Signatário
Memorando de entendimento entre o MDIC, MDS e Ministério da Indústria Sidero-Mecânica	Cuba	MDIC/MDS
Protocolo de Intenções	Itália	MDIC
Memorando MDIC-METI	Japão	MDIC
Memorando de Entendimento para o estabelecimento do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimento	Cingapura	MDIC
Carta de Intenção para a criação de Mecanismo de Monitoramento de Comércio e de Investimentos	Colômbia	MDIC
Protocolo sobre Cooperação Econômica e Comercial entre Brasil e Colômbia	Colômbia	MDIC
Acordo de Cooperação Econômica e Comercial	Jordânia	MDIC
Protocolo de Entendimento sobre Cooperação Econômica e Comercial	Cuba	MDIC
Memorando de Entendimento em Metrologia	Ucrânia	MDIC/ INMETRO
Memorando sobre a Criação de um Grupo de Trabalho de assuntos comerciais e de investimentos	Ucrânia	MDIC
Memorando de Entendimento para a Criação de Grupo de Trabalho para promover a cooperação técnica e o comércio bilateral	Moçambique	MDIC

Fonte: ASSESSORIA INTERNACIONAL/MDIC



## Acordos de Cooperação Assinados em 2009

ACORDO	PAÍS	SIGNATÁRIO
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento	Marrocos	MDIC
Memorando de Entendimento	França	MDIC
Memorando de Entendimento entre MDIC e Ministerio do Comercio	Irã	MDIC
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento	Eslováquia	MDIC
Memorando de Entendimento para a troca de dados na área de investimentos	Espanha (COPCA-Catalunha)	MDIC
Memorando de Entendimento para promoção do Comércio, do Investimento e da Infraestrutura	Líbia	MDIC
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento	Uzbequistão	MDIC

Fonte: ASSESSORIA INTERNACIONAL/MDIC



## Mecanismos de cooperação

O MDIC atuou no relacionamento bilateral com diversos países, por meio de mecanismos de cooperação econômica. Entre os principais mecanismos implantados a partir de 2007, destacaram-se:

- MDIC-DOC

Em novembro de 2005, por ocasião de sua visita ao Brasil, o então presidente norte-americano, George W. Bush, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em declaração conjunta, acordaram em estabelecer um mecanismo de consultas informais entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Departamento de Comércio dos EUA – DOC.

Seguindo essa orientação, em 6 de junho de 2006, foi assinada pelo MDIC e DOC, no Rio de Janeiro, uma Carta de Intenção que instalou o Mecanismo de Consultas Informais.

Após a criação do Mecanismo, foram realizadas cinco reuniões para discutir temas afetos à promoção do comércio e dos investimentos, à facilitação do comércio, à cooperação em temas de propriedade intelectual e à cooperação em matéria de metrologia e padronização.

Em maio de 2010, ocorreu a mais recente Reunião MDIC-DOC, que apresentou agenda centrada nos seguintes temas: inovação e tecnológica; facilitação de comércio, desenvolvimento de negócios; cooperação em propriedade intelectual; normalização e metrologia; serviços; e pequenas e médias empresas.

O Mecanismo já produziu resultados positivos nas áreas de remessas expressas; formulação de estatísticas do comércio internacional de serviços; franquias; treinamento de agentes de promoção de comércio exterior e investimentos; padronização em biocombustíveis; treinamento de examinadores de marcas e patentes; e registro Mercantil, dentre outros.

- Fórum de CEOs Brasil-EUA

Desde sua primeira reunião, em outubro de 2007, o Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos trouxe benefícios diretos e indiretos às relações políticas e comerciais entre os dois países, com ações prioritárias nas áreas de promoção de comércio e investimentos, competitividade e inovação, educação e recursos humanos, intercâmbio tecnológico e movimento de bens.

O Fórum é composto por representantes dos governos e dos setores privados dos dois países e objetiva fortalecer os vínculos econômico-comerciais. Nas reuniões do Fórum, 20 líderes empresariais, sendo 10 de cada país, apresentam recomendações conjuntas aos Governos do Brasil e dos EUA, para aperfeiçoar o ambiente de negócios entre os dois países.

O governo brasileiro é representado pelos ministros da Casa Civil e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O governo norte-americano é representado pelo Secretário de Comércio e pelo Representante Comercial dos EUA.

Uma das principais reivindicações do Fórum de CEOs - a facilitação na concessão de vistos de turismo e de trabalho - foi alcançada por um acordo bilateral que entrou em vigor no Brasil no início de junho de 2010. A extensão da validade dos vistos de turismo

e de trabalho de 5 para 10 anos e a eliminação, pelo Brasil, do prazo de noventa dias para a primeira entrada no país, certamente, contribuem para estimular um trânsito mais fluido de cidadãos nos dois países e para a facilitação dos negócios bilaterais.

Entre as questões discutidas no âmbito do Fórum de CEOs, a celebração de um acordo para evitar dupla tributação entre Brasil e EUA também é um tema prioritário.

Considerado pelos CEOs como primeiro passo para a futura celebração de um acordo para evitar dupla tributação, o Acordo sobre Troca de Informações Tributárias – TIEA foi aprovado pela Câmara dos Deputados do Brasil, em fevereiro de 2010, e remetido ao Senado, onde está sendo examinado pela Comissão de Relações Exteriores.

- Comitê Econômico e de Comércio Conjunto  
Brasil-Reino Unido – JETCO

Durante a visita do Presidente Lula ao Reino Unido, em 2006, o Departamento de Estado da Economia e Indústria britânico propôs ao MDIC a criação de mecanismo formal entre governos para promover a relação econômica estratégica, desenvolver processos para estimular o comércio e investimento bilaterais e incentivar a realização de negócios conjuntos e parcerias, inclusive em terceiros países.

O Memorando de Entendimento foi assinado em maio de 2007 pelo Ministro Miguel Jorge e pelo então Ministro de Comércio e Indústria do Reino Unido, Alistair Darling, estabelecendo encontros do Comitê Econômico e de Comércio Conjunto – JETCO, pelo menos, uma vez ao ano. As reuniões do Comitê incluem a realização de seminários, organização de painéis sobre temas de interesse recíproco, além de workshops sobre oportunidades em diversos setores.

Em 31 de agosto e 1º de setembro de 2010, em São Paulo, durante sua quinta reunião, o JETCO anunciou a criação do Fórum de CEOs Brasil - Reino Unido, constituído de cerca de 10 empresas de cada país.

- Grupo de Alto Nível Brasil-França

Em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, o Presidente Lula, juntamente com o Presidente Francês, Nicolas Sarkozy, lançou o Plano de Ação para implantar a Parceria Estratégica entre a França e o Brasil, que destaca, entre suas finalidades, ampliar e diversificar o comércio bilateral, dinamizar os fluxos de investimentos e intensificar o diálogo sobre os temas econômicos e comerciais bilaterais e internacionais.

Os dois países comprometeram-se com a criação de um Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-França, no qual os dirigentes de empresas de diferentes setores têm apresentado aos dois governos sugestões para promover um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de parcerias.

A primeira reunião desse Grupo de Trabalho ocorreu em setembro de 2009, em São Paulo, coordenada, da parte governamental, pela Ministra da Economia, das Finanças e do Emprego da França, Christine Lagarde, e pelo Ministro Miguel Jorge. Em 2010, houve mais duas reuniões do Grupo, em fevereiro e setembro.

Nessas reuniões, foram detectados potenciais de cooperação e parcerias nas áreas de treinamento profissional, pesquisa e desenvolvimento, financiamento a projetos, cooperação em projetos em países africanos e atração de investimentos.

## Acordos comerciais

Entre 2007 e 2010, o MDIC atuou, direta ou indiretamente, na negociação de acordos comerciais e auxiliou o MRE em diversas frentes de negociação econômica de caráter bilateral ou multilateral no âmbito do Mercosul, da OMC e de outros organismos internacionais.

Essas negociações visaram não apenas ampliar os fluxos de comércio, como também estabelecer disciplinas de comércio e mecanismos de cooperação econômica.

A seguir, algumas dessas negociações:

- Rodada Doha

Em articulação com o setor privado nacional, o MDIC elaborou, entre 2007 e 2010, subsídios para definir o posicionamento brasileiro frente às negociações multilaterais da Rodada Doha.

Esse trabalho envolveu discussões sobre o acesso a mercados de bens industriais e agrícolas, serviços e meio ambiente, por meio da elaboração de estudos e simulações relativos aos possíveis cenários resultantes das concessões comerciais eventualmente oferecidas pelo Brasil, em coordenação com o Mercosul.

- Mercosul-Índia

O MDIC colaborou para o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas Mercosul-Índia, vigente a partir de 1º de junho de 2009, que evidenciou significativo avanço na aproximação comercial entre as duas economias.

Foi o primeiro Acordo do Mercosul com um país fora do continente americano, e em breve, começarão as discussões para a sua ampliação.

- Mercosul-Israel

Em 28 de abril de 2010, entrou em vigência o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel. Esse Acordo engloba negociações referentes a regras de origem, salvaguardas e cooperação em normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias, bem como cooperação tecnológica, técnica e aduaneira. Novos temas podem ser incluídos no futuro, tais como serviços e investimentos.

Levantamentos realizados pelos países do Mercosul, durante as negociações, apontam que o acordo com Israel pode ampliar em até três vezes o intercâmbio comercial entre os dois países, até 2015.

- Mercosul-União Aduaneira da África Austral

Também foi firmado o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas – APTF do Mercosul com a União Aduaneira da África Austral – SACU (*Southern African Customs Union*), formada pela África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. O APTF entre o Mercosul e a SACU foi enviado ao Congresso Nacional para aprovação, em 2009 e contém cerca de 2.000 códigos tarifários.

Foram contemplados os setores agrícola, pesqueiro, têxtil e vestuário, aparelhos de ótica, autopeças, plásticos e suas obras, químicos, siderúrgicos, eletro-eletrônicos, móveis, bens de capital e informática e ferramentas, entre outros.

- Mercosul-Países Árabes

O Acordo de Livre Comércio com o Egito foi assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010, e objetiva a abertura do mercado bilateral de bens em 10 anos. Consta, ainda, uma cláusula sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, para acesso em serviços e investimentos.

De acordo com dados do triênio 2007-2009, a oferta do Egito ao Mercosul cobriu 98,3% do universo tarifário total egípcio. Ao fim do processo de abertura, atingirá 95,6% do total das exportações brasileiras. Já a oferta do Mercosul cobriu 99% do seu universo tarifário, alcançando cerca de 99% das exportações egípcias ao Brasil, no fim do processo de abertura comercial.

- Compras governamentais

Entre 2007 e 2010, a Secex promoveu, também, significativo intercâmbio com o setor privado na busca da formação de uma posição ofensiva na defesa do interesse nacional nas negociações internacionais relacionadas a compras governamentais.

Em especial, é importante registrar a revisão, em andamento, do Protocolo de Compras Públicas do Mercosul e a representação do MDIC no âmbito do Grupo Técnico de Contratações Públicas – GTCOP, da Camex.

- Certificação ambiental

Na área de certificação ambiental de produtos da pauta brasileira de exportação, o MDIC atuou como responsável, no País, pelo andamento do Projeto de Cooperação sobre Rotulagem Ambiental entre o Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a União Europeia – UE.

Com relação ao Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos – GHS, o Grupo de Trabalho Interministerial, também coordenado pelo MDIC, em cooperação com o setor privado, elaborou inventário da legislação nacional relacionada, que servirá de base para implantar esse sistema.

Além disso, a Secex acompanhou e deu suporte ao setor privado para sua adaptação ao Sistema REACH (*Regulation on Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals*) da União Europeia, que consiste em uma base integrada única de registro, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas, cuja adesão é obrigatória para as empresas fabricantes e importadoras.

A Secex acompanhou as reuniões das Convenções de Estocolmo, Roterdã e Basileia, que buscam, em essência, promover maior segurança na área de uso de substâncias químicas. Suas resoluções podem impactar as atividades da indústria química e o comércio exterior brasileiros, o que levou o MDIC a posicionar-se, contrariamente, a eventuais medidas que pudessem constituir-se em barreiras não-tarifárias ao comércio internacional de químicos.

- Contencioso do algodão Brasil-EUA

Outra negociação comercial extremamente importante para o Brasil foi a do contencioso do algodão na Organização Mundial de Comércio – OMC. O Brasil foi autorizado pela OMC a retaliar os Estados Unidos em função dos subsídios dados pelo governo americano aos seus produtores de algodão e pela distorção que os subsídios causam ao comércio internacional.

Com apoio da Secex e de outros órgãos, a Secretaria-Executiva da Camex realizou consulta pública sobre lista preliminar de bens que poderiam ser objeto da retaliação, no qual houve mais de 700 manifestações, para dar transparência ao processo e franquear aos interessados a oportunidade de se manifestarem pela permanência ou exclusão de determinado código tarifário na lista preliminar de retaliação.

A Lista Preliminar, objeto da consulta, se compunha de 222 mercadorias, correspondentes a cerca de US\$ 2,7 bilhões em importações dos Estados Unidos, em 2008. O objetivo geral que balizou a formação dessa listagem foi o de provocar o menor impacto possível ao mercado doméstico brasileiro em razão da retaliação. Fundamentalmente, foram selecionados itens de consumo com baixo nível de fornecimento por parte dos EUA e com elevada quantidade de fornecedores alternativos em outros países.

Para a retaliação em propriedade intelectual, se fez idêntico procedimento, com intenso trabalho do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, para colher manifestações dos interessados sobre a lista de possíveis medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações relativas aos direitos de propriedade intelectual.

A retaliação sempre foi a última opção do governo brasileiro para resolver o contencioso do algodão, pois o objetivo era a retirada, pelos EUA, dos incentivos conferidos aos seus produtores de algodão, que causaram prejuízos aos produtores brasileiros.

Em junho de 2010, o Brasil e os Estados Unidos chegaram a um Acordo-Quadro que prevê solução temporária para o contencioso, com previsão de parâmetros para um processo progressivo para a redução substantiva dos efeitos negativos dos programas de subsídios norte-americanos.

O acordo deu continuidade aos compromissos já assumidos no Memorando de Entendimento assinado pelos dois Governos em 20 de abril de 2010, que previa criar um fundo de apoio aos cotonicultores brasileiros, no valor de US\$ 147 milhões anuais.

Esse arranjo bilateral permitiu adiar o início da retaliação autorizada pela OMC, por parte do Brasil, para depois da promulgação da nova Lei Agrícola americana. Os entendimentos alcançados deram aos países condições de concentrarem esforços conjuntos em novas oportunidades de cooperação, comércio e investimentos. Uma solução definitiva para o contencioso continua em discussão.

## APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS

Em sintonia com as diretrizes da PDP, o BNDES deu maior destaque a iniciativas para a internacionalização das empresas brasileiras, como a autorização para a abertura de subsidiárias do Banco no exterior.

Em agosto de 2009, foi aberto escritório em Montevideú, e em novembro do mesmo ano, foi inaugurada a subsidiária BNDES Limited em Londres. Essa presença internacional aumentou a visibilidade da instituição e reforçou suas ações de apoio ao investimento direto de empresas brasileiras no exterior.



### Atuação da Apex-Brasil

O esforço para aumentar a inserção internacional de empresas brasileiras ganhou mais espaço na nova estratégia internacional da Apex-Brasil, a partir de 2007. No trabalho de facilitar e estimular a internacionalização, a agência criou oito Centros de Negócios – CN, que funcionam como plataformas para auxiliar esse processo de internacionalização, para prospectar oportunidades de negócios e para incrementar a participação nacional nos principais mercados, além de ser referência para a atração de investimentos.

Com serviços de inteligência comercial, *brandinge* informações sobre compradores, além de apoio a eventos e rodadas de negócios, os CNs foram estrategicamente instalados na Ásia (Pequim – China), no Oriente Médio (Dubai – Emirados Árabes Unidos), na América do Norte (Miami – EUA), na América Central e Caribe (Havana – Cuba), na Europa (Varsóvia – Polônia), no Leste Europeu (Moscou – Rússia) e na África (Luanda – Angola).

Há, também, um escritório da Apex-Brasil em Bruxelas, na Bélgica, para acompanhar as tendências e deliberações da União Europeia que possam afetar as exportações brasileiras, tendo um papel ativo diante das decisões que impactam o Brasil.

Desde 2007, a Apex-Brasil tem intensificado seu trabalho de inteligência comercial e competitiva, com levantamento de informação qualificada ao processo de exportação e internacionalização de empresas. A área que produz essas análises é responsável por apresentar soluções de inteligência, que orientem as decisões das empresas nacionais sobre o ingresso em mercados internacionais

Os 314 estudos produzidos de 2007 a 2010 analisaram o cenário econômico dos países, abordando o intercâmbio com o Brasil e o perfil de suas importações, indicando oportunidades para produtos e setores brasileiros. Também avaliaram o desempenho de setores da economia brasileira e a conjuntura econômica de mercados globais.

Os estudos produzidos foram divulgados para empresários por meio de dezenas de seminários organizados em cidades brasileiras, como São Paulo, Belém, Cuiabá, Rondonópolis, Salvador, Florianópolis, Belo Horizonte, Goiânia.

Grupo de Trabalho pa Internacionalização de empresas brasileiras

Outra iniciativa foi criar o Grupo de Trabalho para Internacionalização de Empresas Brasileiras, coordenado pela Câmara de Comércio Exterior – Camex, com a participação de diversos órgãos e instituições acadêmicas.

Em dezembro de 2009, em cooperação com a Federação das Indústrias o Estado de São Paulo – FIESP, esse grupo de trabalho preparou, um grande seminário a fim de ajudar na preparação de um agenda de ações na nova etapa de ativa presença internacional de empresas brasileiras com investimentos no exterior.

Na ocasião, foi divulgado o Termo de Referência que consolida a posição do Governo Federal sobre o tema, um documento importante para preparar o ambiente de interlocução com o setor privado e para construir uma agenda de ações coordenadas entre governo, empresariado e academia.

O GT pesquisou os mecanismos já disponibilizados pelos Governo para apoio à internacionalização das empresas brasileiras e promoveu contatos com representantes do setor empresarial brasileiro para obter informações sobre os principais entraves enfrentados na internacionalização, bem como sugestões de eventuais políticas a serem adotadas.

Com base na análise dos problemas observados nas fases anteriores dos trabalhos, o GT de Internacionalização está incumbido de elaborar um conjunto de recomendações sobre a adequação do marco regulatório nacional à realidade das empresas internacionalizadas e para encontrar formas de reduzir os obstáculos à internacionalização de empresas brasileiras.



# DINAMIZAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Para conter os efeitos da crise financeira e do desemprego, o governo estimulou o crescimento sustentável das micro e pequenas empresas. Como resultado, cerca de 96% dos novos empregos foram criados por empresas com até 100 funcionários.

Em 2006, entrou em vigor a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, marco na política regulatória para o setor.

A legislação definiu o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pela Secretaria de Comércio e Serviços – SCS/MDIC, como a instância federal legitimada a tratar dos aspectos não-tributários relacionados ao tratamento favorecido e simplificado a ser dispensado a essas empresas.

## Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Cabe ao Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte formular e acompanhar a implantação de políticas governamentais de apoio e fomento ao segmento e incentivar a criação de Fóruns Regionais nos Estados.

Este Fórum, a partir de 2008 incluído nas estratégias da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), está estruturado em seis Comitês Temáticos: comércio exterior, compras governamentais e varejo, desburocratização e desoneração, investimento e financiamento, rede de disseminação, informação e capacitação e tecnologia e inovação. Esses comitês são responsáveis por articular, desenvolver estudos, elaborar propostas e formular políticas públicas.

Desde a criação do Fórum, e especialmente após o lançamento da PDP, foram desenvolvidas diversas ações como:

- Capacitação em compras governamentais para gestores públicos federais e microempresários;
- Articulação para adesão de novas entidades, elevando para 81 o número de representantes nacionais privados;
- Publicação da cartilha informativa de produtos e serviços bancários;
- Levantamento da participação das MPEs no comércio exterior brasileiro de serviços;
- Ampliação da adesão dos bancos ao Fundo de Garantia de Operações – FGO e Fundo Garantidor de Investimentos – FGI; e
- Regulamentação nos municípios da Lei Geral das MPEs (Lei Complementar nº 123/2006). Até agosto de 2010, do total de 5.565 municípios brasileiros, 1.941 já haviam implantado a legislação.

No âmbito da PDP, foram ainda tomadas medidas de estímulo à dinamização das MPES, com destaque para aquelas voltadas para uma inserção competitiva e sustentável no mercado internacional:

- Programa de Apoio à Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas, coordenados pela ABDI e o MDIC;
- Duplicação do limite para R\$ 500 mil, redução do custo para 1% ao mês e ampliação do prazo do Cartão BNDES, destinado a MPES;
- Regulamentação da Lei Geral das MPES.

Apoio da Apex-Brasil e do Sebrae

No apoio e atendimento das MPES, destacam-se as iniciativas da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil, que já prevê atender cinco mil micro e pequenas empresas, em oito convênios firmados.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE tem, ainda, um conjunto de iniciativas para apoio às MPES, especialmente os programas de Internacionalização das MPES e de Inovação nas MPES, realizados em parceria com o MDIC, a Apex-Brasil e a ABDI, entre outros, e que já beneficiaram mais de seis mil empresas.

## ACESSO DAS MPES AO CRÉDITO

De acordo com a macrometa da PDP de ampliar e fortalecer a presença das micro e pequenas empresas na economia, o Governo, juntamente com entidades parceiras e os bancos públicos, promoveu uma política de incentivos, em especial de acesso ao crédito.

O BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal tornaram disponíveis recursos subsidiados e linhas de financiamentos específicos para os pequenos negócios. O BNDES reduziu custos e ampliou o acesso ao crédito para empresas, especialmente as micro, pequenas e médias – MPMEs.

Entre 2007 e outubro de 2010, os desembolsos do BNDES para grandes empresas cresceram 112%, enquanto para as MPMEs o aumento foi de 132%.

### Acesso das MPES ao crédito

Porte	2007	2008	2009	2010*	Tx. de Crescimento 2007 - 2010	Tx. Média de Crescimento
Grande	48.825	69.032	112.437	103.649	112%	15%
MPMEs	16.066	21.846	23.919	37.237	132%	19%
<b>Total</b>	<b>64.892</b>	<b>90.878</b>	<b>136.356</b>	<b>140.921</b>	<b>117%</b>	<b>16%</b>
<b>Participação MPMEs</b>	<b>24,80%</b>	<b>24,00%</b>	<b>17,50%</b>	<b>26,40%</b>	<b>7%</b>	<b>3%</b>

Fonte: BNDES



O peso das MPMEs sobre o total dos montantes liberados pelo BNDES supera o dos dez maiores clientes. Enquanto os repasses aos dez maiores grupos econômicos atingiram 15,2%, as MPMEs ficaram com 26,4% dos desembolsos totais, em 2010.

Em conformidade com a PDP, o banco criou o Fundo Garantidor de Investimentos – FGI para o setor, oferecendo garantia às operações de repasse e reduzindo riscos de operações de crédito.

O FGI também contribuiu para eliminar um dos principais obstáculos ao financiamento das empresas de menor porte: a dificuldade de estruturação de garantias. O FGI oferece ainda garantias para financiamentos ao caminhoneiro autônomo – pessoa física – e ao empreendedor individual.

Outro importante instrumento do BNDES para a expansão do crédito às MPMEs foi o Programa de Sustentação do Investimento – PSI. Até outubro de 2010, a participação relativa das empresas de menor porte nos desembolsos do banco para este programa atingiu quase 40%.

O BNDES implantou outros instrumentos de apoio a investimento em pequenas empresas. Em 2008, foi criada uma nova área de renda variável para apoio à participação de capital em empreendimentos de pequeno porte, operações e fundos de investimento. Assim, o banco passou a investir em empresas emergentes de setores como tecnologia da informação, manufaturas, serviços, biotecnologia, agronegócio e meio ambiente.

## DESBUROCRATIZAÇÃO NA ABERTURA DE EMPRESAS



Em 2007, foi criada, pela Lei nº 11.598, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, cujo comitê gestor é presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O objetivo da Redesim é desburocratizar o processo de abertura, alteração e encerramento de empresas, buscando simplificar e racionalizar os processos e procedimentos envolvidos e eliminar os entraves para que os empreendimentos possam ser registrados, alterados, extintos e postos em funcionamento em curtíssimo prazo.

Sob a perspectiva do usuário, a Redesim estabeleceu um processo simplificado e linear para suprimir todos os entraves burocráticos nas legislações federais, estaduais

e municipais que dificultam a abertura, alteração e baixa das empresas. Um exemplo são as exigências de certidões negativas, que foram excluídas, mas sem eliminar as responsabilidades por débitos anteriores.

A Lei criou os conceitos de atividades de alto e baixo risco, o que permite às Prefeituras emitir o Alvará de Funcionamento Provisório pela assinatura de Termo de Ciência e de Responsabilidade pelos empresários. Com esse Alvará, em cerca de seis dias a grande maioria das empresas constituídas já pode funcionar, pois 90% têm atividades de baixo risco.

As vistorias das atividades que não são de alto risco, antes realizadas previamente, passaram a ser feitas após o funcionamento da empresa.

### Cadastro Nacional de Empresas

Um dos principais instrumentos da Redesim é o Cadastro Nacional de Empresas – CNE, mantido pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, da Secretaria de Comércio e Serviços – SCS/MDIC. Com mais de 18 milhões de empresas, esse Cadastro é formado a partir de dados captados em todas as juntas comerciais do País.

De acordo com levantamento do DNRC/SCS, de janeiro de 2007 a junho de 2010, foram constituídas, alteradas e extintas 7.606.781 empresas no País. Desse total, 27,7% foram constituições; 57,3%, alterações; e 15%, extinções/cancelamentos.

## EMPREENDEDOR INDIVIDUAL



Outro programa coordenado pelo MDIC, para facilitar a vida dos microempresários brasileiros é o Empreendedor Individual – EI.

Por meio da Lei Complementar nº 128 de 2008, foi instituída a base para essa nova figura jurídica, para resgatar da informalidade centenas de milhares de pequenos trabalhadores autônomos, com a simplificação dos procedimentos de regularização da atividade econômica exercida no país por quem fature R\$ 36 mil por ano, no máximo.

Participaram do esforço conjunto para criar o programa Empreendedor Individual a SCS/MDIC, o Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, a Secretaria de Receita Federal, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, a Associação Nacional de Política Fazendária e o SEBRAE, entre outros

O programa começou a funcionar no dia 1º de julho de 2009, sendo lançada a segunda versão do Portal, mais simples e ágil, em fevereiro. O sistema usa critérios de fornecimento de dados, dispensando a assinatura em papel e o alto custo da certificação digital, incompatível com as condições econômicas do público alvo.

O custo em tornar-se legal é de apenas 11% do salário-mínimo, mensalmente, para a Previdência Social, mais R\$ 1,00 de ICMS, para atividades voltadas para industrializar ou vender mercadorias, ou R\$ 5,00 de ISS para prestação de serviços. Além disso, nenhum outro tributo ou contribuição poderá ser exigido do empreendedor que ele inicie sua atividade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2007, o país tem cerca de dez milhões de trabalhadores na informalidade. Para se tornar um EI, os interessados podem se inscrever pelo Portal do Empreendedor ([www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)), sem precisar comparecer nos órgãos públicos envolvidos no processo de formalização. O usuário fornece apenas sete informações, em tela única.

Formalizado, o trabalhador passa a ter cobertura previdenciária – aposentadoria, auxílio maternidade, doença e reclusão –, acesso ao crédito bancário e preferência nas compras governamentais. Até novembro de 2010, o total de empreendedores cadastrados superava 750.000 registros.

As principais atividades econômicas registradas foram comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, cabeleireiros, lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, comércio varejista de mercadorias em geral – com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias, armazéns, bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

Os estados com maior número de inscritos são Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, mas o programa atinge 5.117 municípios nos 27 estados do país. A meta é formalizar um milhão de trabalhadores até o final de 2010.

## ARTESANATO BRASILEIRO

Nos últimos quatro anos, o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção – SDP/MDIC, desenvolveu ações para consolidar o artesanato como setor econômico de impacto no desenvolvimento das comunidades.

O programa atuou na elaboração de políticas públicas, envolvendo órgãos das esferas federal, estadual e municipal e entidades privadas. A prioridade foi a geração de emprego, renda e o desenvolvimento de ações que valorizem o artesão, elevando seu nível cultural, profissional, social e econômico.

Também, contribui, fortemente, para o crescimento da atividade, a abertura de novos mercados, a profissionalização da produção artesanal e o estímulo ao empreendedorismo.

Dentro desses objetivos, a maior e mais recente conquista do PAB foi a portaria de portaria nº 29/2010 da SCS/MDIC, em outubro, que tornou pública a base conceitual do artesanato, padronizando e estabelecendo os parâmetros de atuação do programa, em todo o território nacional.

A conceituação da base de dados busca coletar informações sobre o setor artesanal e viabilizar o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, desenvolvido em parceria com as Coordenações Estaduais de Artesanato, o que contribuirá para definir políticas públicas e planejar ações de fomento para o setor artesanal.

O documento esclarece a funcionalidade do artesanato (adornos e/ou acessórios adereços; fios e tecidos; decorativo; educativo; lúdico religioso/místico; utilitário; profano; lembranças/souvenir), as tipologias e o tipo de matéria prima natural de origem animal, vegetal e mineral usada pelos artesãos.

A normatização foi um trabalho conjunto com as 27 coordenações estaduais do PAB, para gerar uma terminologia única no país. Essa base conceitual foi desenvolvida para subsidiar o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), desenvolvido pelo PAB em parceria com as Coordenações Estaduais de Artesanato.

Além disso, nos últimos quatro anos, o PAB promoveu 38 oportunidades de comercialização aos artesãos em feiras e congressos, que geraram R\$ 14 milhões em vendas de produtos artesanais, beneficiando cerca de 400 mil artesãos.







**República Federativa do Brasil**

Presidente  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
**Miguel Jorge**

Secretário-Executivo  
**Ivan Ramalho**

Secretário de Comércio Exterior  
**Welber Barral**

Secretário do Desenvolvimento da Produção  
**Armando Meziat**

Secretário de Inovação  
**Francelino Grandó**

Secretário de Comércio e Serviços  
**Edson Lupatini**

Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior  
**Helder Chaves**

Presidente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**Luciano Coutinho**

Superintendente da Zona Franca de Manaus  
**Flávia Grosso**

Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
**Jorge Ávila**

Presidente do Instituto Nacional de Metrologia,  
Normalização e Qualidade Industrial  
**João Jornada**

Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos  
**Alessandro Teixeira**

Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
**Reginaldo Arcuri**



## RELATÓRIO DE GESTÃO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 2007-2010

**Publicação da Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

**Coordenação:** Jocimar Nastari e Alexandre Retamal Barbosa

### Equipe técnica:

Camila Fernanda Monteiro (Ascom/MDIC)  
Cleiton dos Santos Araújo (Ascom/MDIC)  
Graziane Madureira Baptista (Ascom/MDIC)  
Maria Cristina de A. C. Milani (Ascom/MDIC)  
Juliana Gomes Ribeiro (Ascom/MDIC)  
Pedro Garrido da Costa Lima (Assessoria Econômica/MDIC)  
Marcela Santos de Carvalho (Asint/MDIC)  
Igor da Motta Magalhães Carneiro (Asint/MDIC)  
Ismar Carneiro (Aspar/MDIC)  
Renato Pontes Dias (SE/MDIC)  
Marcos Alberto Nakagomi (SECEX/MDIC)  
Lina Chang (SECEX/MDIC)  
Ismar Ferreira da Costa Filho (SDP/MDIC)  
Petersana Lopes Pereira Dorsa (SCS/MDIC)  
Fernanda Neves de Oliveira (SI/MDIC)  
Francisco Luderitiz de Medeiros (SI/MDIC)  
André Luis Ribeiro Barbosa (CAMEX/MDIC)  
Amélia Regina Mussi Gabriel (CAMEX/MDIC)  
Mônica Magnavita (BNDES)  
Rosângela Alanis (Suframa)  
Eliany Gomes (Suframa)  
Lucia Motta (INPI)  
Simone Uderman (ABDI)  
Tânia Mara do Valle Arantes (ABDI)  
Maria Luiza Baldoni (Apex Brasil)  
Carlos Eduardo Vieira Camargo (INMETRO)

### CRÉDITO DAS IMAGENS

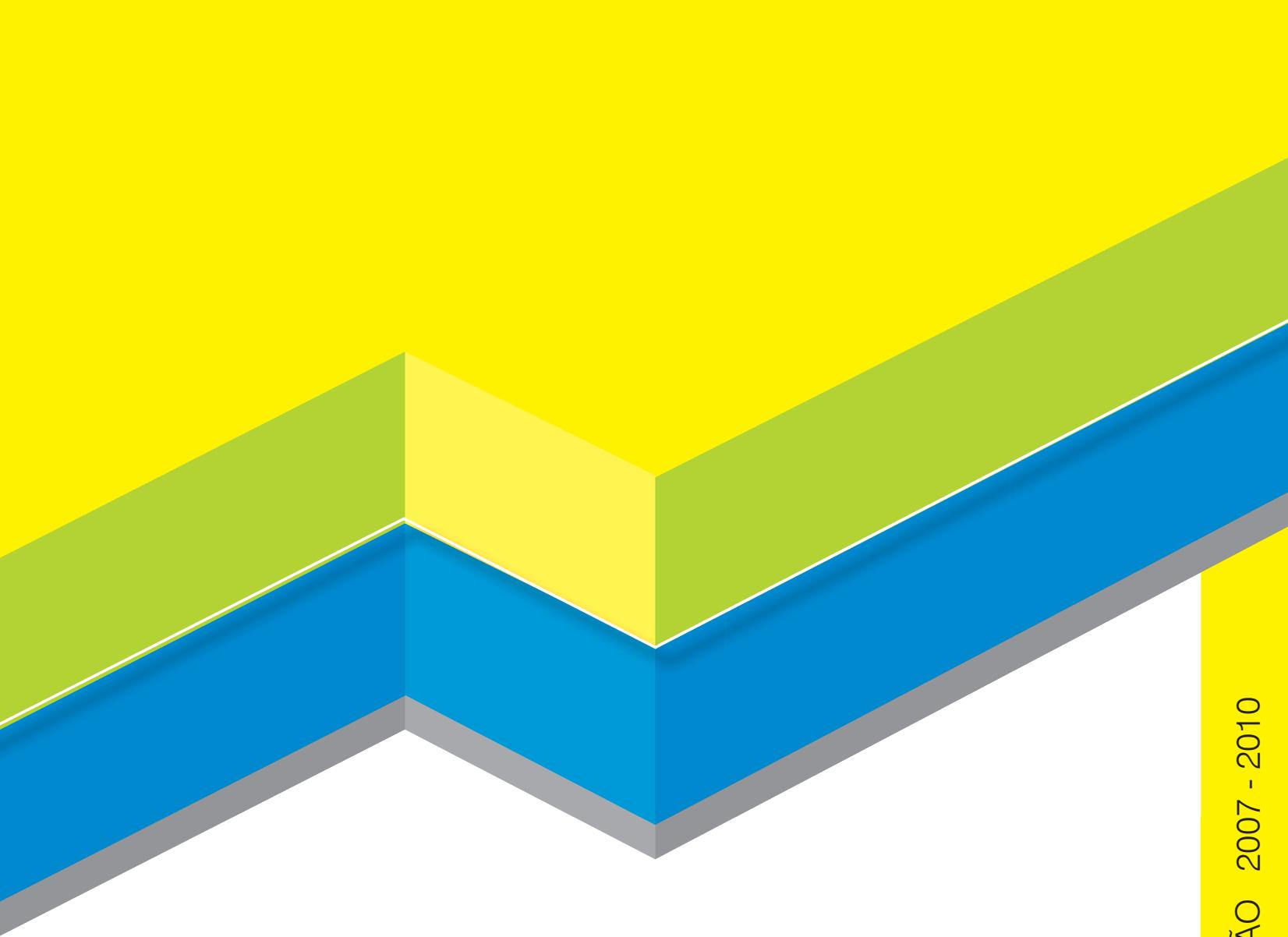
CAPA – Banco de imagens da ABDI	PÁGINA 26 – Banco de imagens da ABDI
SOBRECAPA – Arcevo Suframa	PÁGINA 27 – Diego Queiroz – Acervo Suframa
PÁGINA 4 – Banco de imagens da ABDI	PÁGINA 28 – Acervo Suframa
PÁGINA 5 – Banco de imagens do BNDES	PÁGINA 30 – Ricardo Breda - Acervo Inmetro
PÁGINA 6 – Banco de imagens do BNDES	PÁGINA 32 – Ricardo Breda - Acervo Inmetro
PÁGINA 8 – Juliana Pazuello – Acervo Suframa	PÁGINA 37 – Acervo Suframa
PÁGINA 9 – Banco de imagens da ABDI	PÁGINA 42 – Acervo Suframa
PÁGINA 12 – Banco de imagens da ABDI	PÁGINA 44 – Acervo Suframa
PÁGINA 13 – Banco de imagens do BNDES	PÁGINA 50 – Marcello Casal JR – Agência Brasil
PÁGINA 16 – Banco de imagens do BNDES	PÁGINA 53 – Divulgação – Apex-Brasil
PÁGINA 18 – Juliana Pazuello – Acervo Suframa	PÁGINA 54 – Divulgação – Apex-Brasil
PÁGINA 21 – Acervo Suframa	PÁGINA 70 – Acervo MDIC
PÁGINA 22 – Acervo Suframa	PÁGINA 82 – Banco de imagens da ABDI
PÁGINA 24 – Acervo Suframa	PÁGINA 88 – Emerson Silva – Programa do Artesanato Brasileiro

### CONTATO

Esplanada dos Ministérios, bloco "J", sala 610 – Brasília-DF  
CEP: 70.053-900  
Telefones: (61) 2027-7190 e 2027-7320  
E-mail: [ascom@mdic.gov.br](mailto:ascom@mdic.gov.br)  
Homepage: [WWW.mdic.gov.br](http://WWW.mdic.gov.br)

Os dados divulgados na publicação podem ser livremente reproduzidos, desde que citada a fonte.





**Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior**

